

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PAULIANY BARREIROS CARDOSO

**AVENTURAS EQUINOCIAIS:
DISPUTAS ENTRE BRASIL E FRANÇA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA DO
SÉCULO XIX - AS LITERATURAS DE LOUIS BOUSSENARD E HENRI
COUDREAU**

Macapá-AP

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PAULIANY BARREIROS CARDOSO

AVENTURAS EQUINOCIAIS:

**DISPUTAS ENTRE BRASIL E FRANÇA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA DO
SÉCULO XIX - AS LITERATURAS DE LOUIS BOUSSENARD E HENRI
COUDREAU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH/Unifap) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Poder, Memórias e Representações

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos

Macapá-AP

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

- C268 Cardoso, Pauliany Barreiros.
Aventuras Equinociais: disputas entre Brasil e França na Fronteira Amazônica no Século XIX - As Literaturas de Louis Bousсенard e Henri Coudreau / Pauliany Barreiros Cardoso. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico. 101 folhas.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em História, Macapá, 2023.
Orientadora: Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos.
- Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Narrativas de Viagens. 2. Imperialismo. 3. Contestado do Amapá. I. Santos, Fernanda Cristina da Encarnação dos, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 981.16

CARDOSO, Pauliany Barreiros. **Aventuras Equinociais**: disputas entre Brasil e França na Fronteira Amazônica no Século XIX - As Literaturas de Louis Bousсенard e Henri Coudreau. Orientadora: Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

PAULIANY BARREIROS CARDOSO

AVENTURAS EQUINOCIAIS:

**DISPUTAS ENTRE BRASIL E FRANÇA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA DO
SÉCULO XIX - AS LITERATURAS DE LOUIS BOUSSENARD E HENRI
COUDREAU**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIFAP

Aprovada em 27 de fevereiro de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos (PPGH/Unifap)

Examinador Interno:

Prof^o. Dr^o. Iuri Cavlak (PPGH/Unifap)

Examinadora Externa:

Prof^a. Dr^a. Maria de Jesus Morais (UFAC)

RESUMO

Esta investigação tem como fito global, desvelar como se operou a formulação de uma imagem do universo amazônico de finais do século XIX, na ótica de viajantes e literatos franceses, inseridos no âmbito de disputas territoriais de seu país na fronteira setentrional brasileira, viabilizando processos de domínio cultural colonialista. Isto posto, este estudo, centrado na região limítrofe da Guiana Francesa com o Brasil, palco de interesses neocoloniais europeus, tem como escopo sondar de que formas a França promoveu seus discursos imperialistas, sob aspectos culturais e científicos, a fim de consolidar seus propósitos expansionistas. Pretende-se nesta dissertação, especificamente, fazer uma análise dentro da perspectiva da História Cultural, utilizando como fonte primordial os escritos literários de viajantes e escritores franceses do final do século XIX, no contexto do chamado Contestado franco-brasileiro, ocorrido na fronteira do território que hoje abrange o Estado do Amapá. Também é objetivo nesta pesquisa mostrar como os sentidos ideológicos e culturais etnocêntricos resistem, na atualidade, através de uma colonialidade perniciososa.

Palavras-chave: Narrativas de Viagens. Imperialismo. Contestado do Amapá. Amazônia. Colonialidade.

ABSTRACT

This investigation has the overall aim of revealing how the formulation of an image of the Amazonian universe at the end of the 19th century was operated, from the perspective of French travelers and literati, inserted in the scope of territorial disputes of their country on the Brazilian northern border, enabling processes of colonialist cultural domain. That said, this study, centered on the border region of French Guiana with Brazil, the scene of European neocolonial interests, has the scope of probing in which ways France promoted its imperialist discourses, under cultural and scientific aspects, in order to consolidate its expansionist purposes. It is intended in this dissertation, specifically, to make an analysis within the perspective of Cultural History, using as a primordial source the literary writings of French travelers and writers of the end of the 19th century, in the context of the so-called Contestado Franco-Brazilian, which occurred on the border of the territory which today covers the State of Amapá. It is also the objective of this research to show how ethnocentric ideological and cultural meanings resist, nowadays, through pernicious coloniality.

Keywords: Travel Narratives. Imperialism. Contested of Amapá. Amazon. Coloniality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Itinerário do senhor Coudreau.....	32
Figura 2 - Mulata de Caiena.....	35
Figura 3 - Le Maroni, uma antiga penitenciária de Saint-Louis.....	47
Figura 4 - Passagem por galhos caídos.....	54
Figura 5 - Apatou primitivo.....	55
Figura 6 - Uma roça dos roucouyennes.....	57
Figura 7 - Roucouyenne dançando o toulé.....	72
Figura 8 - Vila dos bonis.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - “O HORROR! O HORROR!” – O IMPERIALISMO FRANCÊS NA AMÉRICA DO SUL.....	15
1.1 Faces do Imperialismo.....	15
1.2 Um imperialismo à moda francesa.....	21
1.3 Caçadores de borracha, ouro e outras especiarias: as riquezas usurpadas pelo imperialismo francês na Amazônia.....	25
1.4 Duelo de Nações: Brasil e França nas geopolíticas neocoloniais.....	26
1.5 Ficções científicas: Pseudociências do século XIX.....	33
1.6 Relatos de viagens: “jazidas” para a História e Antropologia.....	37
1.7 Clio e Calíope: As musas da História e da Literatura se complementam.....	39
CAPÍTULO II – ERA UMA VEZ NO ELDORADO...A ESCRITA DE HENRI COUDREAU E LOUIS BOUSSENARD.....	41
2.1 A Amazônia como ficção do Ocidente	41
2.2 A apologia da França por Louis Bousсенard, o escritor viajante.....	44
2.3 Protagonistas e coadjuvantes: personagens e gentes na fronteira.....	51
2.4 Viagens ao centro da Amazônia: Expedições científicas de Henri Coudreau na Fronteira franco-brasileira.....	53
2.5 Bang bang internacional: Corrida pelo ouro e embate armado entre nações.....	59
CAPÍTULO III - CONTANDO NOVAS HISTÓRIAS – NARRATIVAS DECOLONIAIS E DE RESISTÊNCIA.....	64
3.1 As linguagens da resistência	64
3.2 - Uma resistência originária.....	68
3.3 A que estavam condenados os verdadeiros donos da terra?.....	75
3.4 A Negritude na guianidade.....	81
3.5 O baile segue com novas máscaras: o racismo eterno.....	83
Considerações Finais.....	87
Referências.....	93

INTRODUÇÃO

Peripécias em lugares distantes, personagens incomuns, cenários fascinantes, percalços com animais ferozes, encontro com nativos, desbravamento da natureza selvagem. As imagens construídas, ao longo dos cinco últimos séculos pelos europeus através de relatos de viajantes e gravuras como as de Théodore De Bry (RAMINELLI, 1996), sobre os povos que sofreram os processos de colonização, foram elaboradas em narrativas repletas de repertórios dessas alteridades fantásticas que ainda interferem incessantemente nas concepções que a humanidade tem sobre as Américas, África, Ásia e Oceania. Esse imaginário, proporcionado através de escritos de viagens, literaturas, crônicas, dentre outros, encantaram e envolveram leitores que apreciavam bons enredos, tal qual a emblemática epopeia de Robinson Crusóé (1719), do autor britânico Daniel Defoe, um dos clássicos da literatura mundial que se tornou ícone do romance de heróis desbravadores em terras exóticas. Na virada do século XIX para o XX, na literatura ficcional, predominavam as narrativas aventureiras, geralmente em formatos de livros ou folhetins periódicos, publicados com o intuito de entreter, informar e até educar. Escritores dos grandes impérios europeus vigentes, como os do porte de Júlio Verne, Charles Dickens, Jane Austen, Rudyard Kipling, Émile Carrey, dentre outros, tornaram-se expoentes em criar tramas que envolvem personagens ou lugares de fora do eixo europeu, isso tudo em um contexto da ascensão do Imperialismo ocidental.

Na esfera cultural, visando consolidar sua supremacia sobre povos conquistados, os discursos encontrados nas ficções moldaram o pensamento dominante de uma Europa com missão civilizatória dos povos ditos “selvagens”. O “fardo do homem branco”, ou seja, essa pretensa vocação para levar progresso aos nativos coloniais, conforme cunhou Rudyard Kipling através de um famoso poema (FERRO, 2004), servia de justificativa para encobrir as atrocidades cometidas contra as populações subjugadas. A neocolonização que despontava no século XIX, agora assumia outros contornos de submissão das mentes e corações, para além do apelo a conflitos diretos e violência física, atuando também a partir de então, em níveis mais subjetivos e psicológicos e, nesse aspecto, a literatura mostrou-se veículo ideal para a difusão dos paradigmas culturais europeus.

A literatura de viagem, produto das expedições nas colônias patrocinadas pelos governos imperiais ou por iniciativas privadas, cumpriu um papel de promotora de circulação de ideias e imagens relativas às terras do Novo e Novíssimo Mundo, ao longo de vários séculos. Também com caráter científico, as viagens tinham como objetivo conhecer, apreender e catalogar para o aprimoramento de mecanismos e estratégias de dominação e exploração dos continentes. Considerados metaforicamente como “jazidas”, por oferecer preciosas análises como fontes pela historiadora Ilka Boaventura Leite, os relatos de viagens proporcionam às diversas disciplinas do campo das ciências humanas como História, Etnografia, Antropologia, Sociologia um rico acervo de informações das impressões do olhar estrangeiro. Por outro lado, a abundância da produção literária europeia ficcional se expandiu por quase todos os continentes através dos romances como os de Alexandre Dumas, Júlio Verne, Victor Hugo (aqui destacados os franceses, foco deste trabalho) e tantos outros, difundindo não somente entretenimento, mas igualmente percepções, ideologias, valores e significados. Assi, na literatura é possível encontrar reflexos e indícios dos fundamentos das sociedades europeias, que ajudaram a desenhar as identidades que atendiam aos interesses expansionistas dos detentores do poder político e econômico global.

O cinema, a sétima arte, sucedeu, do século XX até os presentes dias, o monopólio cultural ocidental que já pertenceu à literatura, sua antecessora nos anos 1800. O sociólogo brasileiro Octavio Ianni considera que a indústria cultural, na qual as produções cinematográficas se incluem, é uma vertente da cultura imperialista em que *“as ideias, as noções, os valores, os princípios e as doutrinas que codificam a visão burguesa do mundo passam a ser produzidos e multiplicados, em escala industrial e mundial.”* (IANNI, 1976, p. 26).

A economia e a política são as formas mais visadas para se pensar e analisar o mundo em transição, que se forjava sob aspectos de transformações tecnológicas, científicas e sociais, sempre capitaneadas pelo homem branco, europeu e da elite burguesa, na virada do século XIX para o século XX. Apesar dessas tendências analíticas serem predominantes, novos parâmetros explicativos começaram a se fixar, e entre eles a investigação dos chamados aspectos “simbólicos”, culturais ou o que o cientista político americano Joseph Nye Jr. denomina como “soft power” (poder suave), que seria o poder exercido por algumas nações

através de seus elementos culturais, visando convencimento e persuasão sem o uso de força ou coerção.

Esta investigação tem como fito global, desvelar como se operou a formulação de uma imagem do universo amazônica no Brasil de finais do século XIX, na ótica de viajantes e literatos franceses, inseridos no âmbito de disputas territoriais de seu país com a fronteira setentrional brasileira, viabilizando processos de domínio cultural colonialista. Isto posto, este estudo, centrado na região limítrofe guiano-brasileira, palco de interesses neocoloniais europeus, tem como escopo sondar de que formas a França promoveu seus discursos imperialistas, sob aspectos culturais e científicos, a fim de consolidar seus propósitos expansionistas.

Pretende-se nesta dissertação, especificamente, fazer uma análise histórico-cultural do Contestado franco-brasileiro - questão envolvendo disputa da parte do Brasil e França por uma faixa territorial que hoje pertence ao Estado do Amapá - em razão de este longo litígio ser mais tradicionalmente analisado em seus aspectos geopolíticos, sociais e econômicos. Também é intento neste texto, argumentar de que maneira a literatura ficcional atuou como uma espécie de predecessora da indústria cultural do Ocidente, em suas nuances de influência com fins políticos. Igualmente, busca-se neste estudo, expor a escalada imperialista da França no continente sul-americano, através das narrativas de viajantes a serviço do Estado francês e de narrativas românticas literárias, posto que a presença dos franceses é mais comumente enfatizada nos continentes africano e asiático em trabalhos historiográficos. E, por fim, também é objetivo nesta pesquisa mostrar como os sentidos ideológicos e culturais etnocêntricos resistem, ainda hoje, através de uma colonialidade perniciosa. Englobando todos estes coeficientes no intuito de, assim, dar continuidade à desconstrução e superação - a partir de uma dimensão decolonial - iniciadas ainda em meados do século XX, por alguns críticos nativos de ex colônias europeias, como os martinicanos Aimé Césaire e Frantz Fanon, cujas obras denunciaram a nefasta causa colonialista engendrada em práticas e narrativas ocidentais.

No primeiro capítulo, serão analisadas as abordagens políticas do neoimperialismo europeu, iniciado a partir da década de 1870, sua conjuntura econômica e cultural, seus reflexos sociais e as teorias sociais e científicas que lhe deram sustentação. Serão demarcadas

as práticas de dominação expansionista francesa, em especial na sua possessão ultramarina denominada Guiana Francesa, na América do Sul, e áreas fronteiriças em disputas com o Império brasileiro e posteriormente, com a República do Brasil, pela conquista do território contestado que hoje forma o Estado do Amapá. Logo em seguida, serão apresentados os escritos franceses que serão objeto da análise em tela, quais sejam os do escritor francófono e viajante Louis Bousсенard e o geógrafo e também viajante, Henri Coudreau.

As narrativas de viagens francesas nas obras “*Chez Nos Indiens: Quatre annés dans La Guyane Française*¹ e *La France Équinoxiale*² do viajante Henri Coudreau e o romance realista *Les Robinsons de La Guiane: Les Chasseurs de Caoutchouc*³, do escritor Louis Bousсенard, são as fontes que serão o alvo do segundo Capítulo, esquadrihadas em seu aspecto multidimensional que denotam as facetas do poder imperial da França e da Europa como um todo, através de seus discursos impregnados com suas ideologias.

As narrativas literárias, de um modo geral, permitem uma dupla observação do imaginário e visão do escritor-narrador europeu e, através de suas etnografias, o mundo e as cosmovisões das sociedades com quem entravam em contato, refletem o presente histórico em que estavam inseridos. Tanto Henri Coudreau quanto Louis Bousсенard, em suas descrições das sociedades nativas e demais sujeitos da América Latina, expressavam suas convicções racistas e colonialistas da época, o que não desqualifica esses escritos como fontes que possibilitam o desvelamento da ideologia da sociedade europeia ocidental quanto a maneira como instrumentalizavam essa ideologização ao construir, representar, interpretar e julgar o “Outro”.

Serão abordadas neste segundo capítulo as circunstâncias históricas nas quais o chamado Contestado Franco-Brasileiro - temática central da obra literária de Louis Bousсенard e dos relatos de viagens de Henri Coudreau - estava envolto naquele momento de amplificação do poderio imperialista europeu. E na proposta de utilizar a literatura operando como fonte para esta dissertação, serão analisadas as relações firmadas entre História e Literatura, dentro das quais a História Cultural observa a literatura como uma fonte especial

1Fonte encontrada digitalizada no site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5774233x.r=chez%20nos%20indiens?rk=21459;2>

2 Fonte encontrada digitalizada no site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5415975m.texteImage>

3 Fonte encontrada digitalizada no site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5656946s.r=LES%20CHASSEURS%20DE%20CAOUTCHOUC?rk=64378;0>

que fornece ao historiador elementos que outras fontes não proporcionam, pois *“ela é tomada a partir do autor e sua época, o que dá pistas sobre a escolha do tema e de seu enredo, tal como sobre o horizonte de expectativas de uma época”*. (PESAVENTO, 2014, p. 83). Pertinente também serão as considerações da historiadora amapaense Francinete Cardoso acerca das representações construídas sobre os diversos sujeitos inseridos no contexto das disputas territoriais entre brasileiros e franceses, quais sejam os indígenas, afrodescendentes, mocambeiros, caboclos, fugitivos e outros que a estudiosa analisou, em seu trabalho sobre o Contestado na região do Amapá, pois as personagens ficcionais do romance de Louis Bousсенard caracterizam-se dentro desses mesmos perfis da História do referido evento.

Finalizando com o terceiro capítulo, a vertente da decolonialidade será enfocada no sentido de propor uma análise que considera os discursos colonialistas como fundadores de uma visão unívoca de hierarquias raciais e de compreensão de civilização, impostas pelos discursos que se revelaram e difundiram permanentemente com o advento da Era Imperial, repercutindo, no presente, nas sociedades que tem um passado colonial. A decolonialidade denota outras experiências políticas, culturais, econômicas e de saberes, além de marcar o rompimento com os múltiplos aspectos da colonialidade, em suma, entendida como uma *“matriz colonial de poder que, com base na naturalização de determinadas hierarquias (territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero), produz subalternidade”* (TONIAL, MAHEIRIE, GARCIA, 2017), ou como destacou Aimé Césaire, o grande crítico dos discursos colonialistas, triste equação: *“colonização=coisificação”* (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

Para orientar as ponderações sobre as mais diversas concepções de poder que aqui serão discutidas, autores como os franceses Michel Foucault e Pierre Bourdieu fundamentarão, entre outros estudiosos, o presente trabalho. Como o entendimento foucaultiano afirma que o poder está presente em todos os níveis da sociedade e que as relações de poder envolvem um discurso (sistema de ideias), portanto, o poder imperial também pode ser analisado neste ponto de vista, quando está sob forma de discursos literários. Assim como para Bourdieu, as relações de poder e dominação podem estar presentes não apenas na forma econômica mas também simbólica, como um conjunto envolvendo vários outros poderes nas práticas sociais. Nesta última parte, a proposta é alinhada à de Edward Said, que discute a superação pela via da decolonialidade e que, considera-os sujeitos subalternos de um país que outrora sofreu séculos de colonização como capazes de ter um

lugar de enunciação e realizar diálogos interculturais que atendam às diversidades que compõem todas as sociedades contemporâneas.

Alicerçando o presente trabalho, baseado nas relações entre História e Literatura, recorre-se ao campo conceitual-teórico da História Cultural, utilizando as formulações propostas pelos historiadores Roger Chartier e Sandra Jatahy Pesavento. Uma outra abordagem epistemológica também será averiguada quanto ao uso de relatos de viagem como fontes históricas, delineada pelo trabalho da historiadora Ilka Boaventura Leite em *Antropologia da Viagem: Escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX*, onde os escritos de viajantes são percebidos como textos pré-etnográficos e de marcantes representações sociais, assinalando alteridades a partir do padrão eurocêntrico. E não menos importante, fundamentando como um todo esta pesquisa, o trabalho seminal do crítico literário palestino Edward W. Said, *Cultura e Imperialismo*, publicado pela primeira vez em 1993, esta obra que ajudou a instigar o desenvolvimento dos estudos pós coloniais e decoloniais, realiza uma minuciosa análise de clássicos da literatura romântica europeia, encontrando nelas, os pressupostos imperialistas que formataram a cultura do Ocidente em nível mundial.

Este itinerário escolhido, tem como ensejo encontrar nas narrativas que, a princípio, teriam fins de fruição e entretenimento, outros aspectos que demonstram a penetração ideológica imperial. Todavia, parte-se da compreensão de que todo projeto de narrativa não é neutro, além de que o ato de narrar, está contido no seu tempo histórico. O poder da narração ou mesmo o poder de impedir o surgimento de outras narrativas, segundo Edward Said, é o que possibilita os desígnios imperiais de se disseminar por corações e mentes de dominadores e subalternos. Assim como nos dias hodiernos, em que a indústria cultural e de entretenimento se manifesta e difunde através da internet, do cinema e da televisão, exercendo uma excepcional força persuasiva nas sociedades, a literatura foi um veículo em que o pensamento das potências europeias se alastrou, fabricando concepções hegemônicas de modos de ser, pensar e agir e, assim, fixando padrões civilizacionais a se alcançar.

CAPÍTULO I

“O HORROR! O HORROR!” – O IMPERIALISMO FRANCÊS NA AMÉRICA DO SUL

1.1 Faces do Imperialismo

Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

Nem só de metralhadoras Maxim⁴ se valeram as nações europeias para mostrar seu poder nos territórios ultramarinos, elas também utilizaram livros de romance. A Era dos Impérios, epíteto para o período minuciosamente delineado por Hobsbawm, utilizou-se de inúmeros arsenais para impor seu domínio nas colônias, em especial nos anos de 1875 a 1914, aproximadamente. O período imperial europeu é também denominado como neocolonialismo, fase posterior àquela de invasão iniciada no século XVI das Américas. Esta nova etapa de conquista de grandes extensões territoriais e submissão de quase todas as sociedades do mundo às dinâmicas políticas e produtivas do Ocidente, perdurou algumas poucas décadas, mas deixou inúmeras consequências, possibilitando à Europa a instalação de sua hegemonia em nível planetário, moldando as sociedades em formas específicas de vida e de produção econômica, onipresentes até hoje, mesmo após a independência dos territórios colonizados (ROIG, 2018, p. 08).

As intenções imperialistas do século XIX contavam com ideais arrojados e aparentemente mais sutis do que somente a conquista pela força, na finalidade de estabelecer sua preponderância ideológica e cultural, muito mais eficaz e duradoura. Com efeito, é possível apresentar uma história da aventura imperial europeia em termos culturais também,

4 A superioridade bélica dos europeus ante aos colonizados acentuou-se com o surgimento de armas de repetição. “Aconteça o que acontecer, temos a metralhadora Maxim, e eles não”. Esta frase, muito popular entre os soldados que lutavam em conflitos coloniais, foi utilizada pelo poeta inglês Hilaire Belloc (1870-1953) no seu poema intitulado “Sangue”.

como propôs Edward Said que, debruçando sobre fontes literárias do século XIX e XX, rastreou as pistas da ideologia imperialista.

Uma obra bem arquetípica do emprego de artefatos culturais, como a literatura, nas práticas imperiais, é o romance *Coração das Trevas* do escritor britânico Joseph Conrad, escrito entre os anos de 1898 e 1899. A ficção em questão trata sobre a jornada de um capitão de um barco belga, Marlow, contratado para resgatar um traficante de marfim, Kurtz, em uma localidade no Congo, dominado pela Bélgica. Said aponta que a história de Conrad, em suas entrelinhas, narra ações de domínio e vontade imperial e que este autor era um homem com reflexos de seu tempo, mesmo sendo um crítico ferrenho da forma como era feita a colonização belga, não havia a possibilidade de ele fugir em sua totalidade das engrenagens do pensamento colonialista, mesmo com a capacidade de perceber o quão abjeto, violento, devastador e opressivo foi aquele sistema de dominação imperial, que escravizava em nome de uma pretensa civilização, o povo daquele país africano. A última frase da estória de Conrad, balbuciada pela personagem Kurtz, é a síntese da História Colonial na África: “O horror! O horror!”.

O imperialismo é caracterizado por aspectos que se inter-relacionam, e não podem ser analisados separadamente, como salienta Hobsbawm. O fenômeno imperialista se formatou em uma dominação política, econômica e cultural de potências europeias em colônias ou áreas de influência na Ásia, África, América Latina e Oceania. Os motores que alavancaram a difusão do imperialismo no século XIX pelas grandes potências foi a conquista por mercados fornecedores de matérias-primas (carvão, ferro, petróleo, borracha, marfim, etc.), a descoberta do potencial mineral do continente africano (principalmente ouro e diamante – um dos fatores da partilha da África), dentre outros motivos. Contudo, havia a necessidade de justificar as práticas imperialistas de modo que foi pensado um conjunto de ideias racistas pelos europeus, que será debatido aqui também. Todos esses elementos serão discutidos neste texto, contudo, a meta fundamental é esmiuçar o fator cultural em que o imperialismo francês se dedicou como forma de efetivar seu domínio sobre os novos súditos que pretendia obter.

Dezenas de ensaios, críticas e teses foram produzidos com a temática do Imperialismo moderno. Além do paradigmático trabalho de Hobsbawm, há outras importantes

obras como a de John A. Hobson e seu pioneiro *Imperialism: A study*, publicado em 1902, que influenciou deveras todas as discussões seguintes sobre a temática, e cujas ideias são consideradas um marco para a economia política mundial (BUGIATO, 2009). Outro estudo muito conhecido é o de Vladimir Lênin *Imperialismo: fase superior do Capitalismo*, emblemático mas contestado por outros teóricos. Também sob influência das teorias marxistas tal como Lênin, Rosa Luxemburgo investiga os meandros do imperialismo em *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Igualmente na perspectiva econômica, observa-se a importante obra de Rudolf Hilferding, *O Capital Financeiro*, podemos citar os não menos importantes escritos de Joseph Schumpeter, Karl Kautsky, Harry Magdoff e tantos outros pensadores entre filósofos, historiadores, cientistas sociais, economistas e etc, que se dedicaram a investigar mais profundamente acerca deste fenômeno que foi e ainda é contundente no mundo, o imperialismo surgido na virada do século XIX para o XX.

Os autores elencados acima, são algumas das referências fundamentais para a compreensão das diversas modalidades em que o imperialismo se enquadra. Entretanto, surgiu no século XX uma nova vertente de intelectuais oriundos das próprias colônias ou ex colônias, como porta-vozes da realidade colonial que se perpetuava nestes territórios pelas nações imperialistas e que, passando a formar um determinado pensamento de resistência, que também ajudou a culminar na independência de muitos países do julgo imperial europeu. Essa nova vertente era composta por expoentes intelectuais como Aimé Césaire e Frantz Fanon, para citar alguns, que criticavam e denunciavam categoricamente as práticas colonialistas – com seus horrores e desumanidade - ainda em curso ou suas sequelas. Neste presente capítulo, pretende-se vislumbrar o imperialismo moderno enquanto processo histórico, em contornos culturais, detidamente o perpetrado pela França. Tal panorama analítico, o cultural, traz nuances e sutilezas que alguns pensadores conseguiram captar de forma magistral, como por exemplo Octavio Ianni no Brasil e, como principal guia analítico aqui, a obra de Edward Said, que será extensamente utilizada para fomentar teórica e metodologicamente esta investigação.

Preliminarmente, é importante pensar o painel que o Imperialismo se encontrava nas últimas duas décadas do século XIX, buscando interligar todos os elementos que estruturaram o cânone imperialista. A acumulação territorial foi assombrosa, a Europa, em âmbito geográfico, no ano de 1914, detinha aproximadamente 85% do mundo através de suas

colônias, protetorados, dependências e *commonwealths* (SAID, 2021, p. 40). Embora um dos principais pontos que orbitam a existência do imperialismo seja o econômico, este, por si só, não explica a difusão e permanência deste fenômeno de domínio. Hobsbawm declara que é inegável que a divisão do globo entre algumas nações europeias claramente tinha um sentido econômico, porém, não exclusivo e que todo colonialista também era levado por “apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial” (HOBSBAWM, 2019, p. 101).

A economia capitalista em exponencial crescimento, necessitava se nutrir de produtos para o funcionamento dos novos equipamentos tecnológicos surgidos com a chamada Segunda Revolução Industrial, como por exemplo, a borracha para a indústria automobilística nascente, os minérios, os metais preciosos, produtos agrícolas também chamados de bens coloniais como o café, cacau, chá, açúcar, e também as frutas tropicais que já podiam ser conservadas para exportação. Estes são alguns dos gêneros extraídos ou produzidos nos países subordinados pelos europeus. Hobsbawm esclarece este ponto:

De fato, a sua civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos. (...) A borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia. (HOBSBAWM, 2019, p. 103).

Se pensarmos a Amazônia - lugar em que a colônia da França na América do Sul estava inserida – como um celeiro repleto de recursos para os mais diversos usos, como para a alimentação (coleta de produtos da floresta, agricultura, pecuária) e nas indústrias de manufaturas diversas, não é possível desconsiderar que o império Francês inventariava todos esses produtos que lhes garantiam algum tipo de lucro ou serventia. E as expedições científicas também tinham exatamente esta finalidade. Na América do Sul, vizinhas à Guiana Francesa, outras possessões imperialistas se concentravam no chamado platô das Guianas, como o Suriname (colônia holandesa, Guiana Inglesa (hoje apenas Guiana), atualmente todas repúblicas independentes, exceto a Guiana Francesa. Todos estes territórios abrangidos pela floresta amazônica e que foram devidamente exploradas.

Henri Coudreau, o famoso e controverso agente do governo francês que viajava ao território em disputa, entre tantos escritos de viagens, publicou em 1883 um livreto com uma coletânea de produtos amazônicos que poderiam ser extraídos ou cultivados com sucesso. No

livro *Las Richesses de La Guyane Française*, publicado em 1883, Coudreau descreve e prospecta as possibilidades lucrativas do que chamava de riquezas tropicais. O viajante, nas linhas que refletiu sobre a Guiana Francesa, demonstrou uma entusiasmada visão sobre as potencialidades do lugar: *a Guiana pode facilmente se tornar um dos países mais ricos do mundo, onde abundam as propriedades florestais, pastoris, agrícolas e de mineração* (COUDREAU, 1883, p. 19).

A publicação é uma descrição detalhada de matérias-primas da floresta com potencial lucrativo inesgotável, segundo palavras do próprio Coudreau, que já no segundo capítulo, enumera os tipos de produtos:

Os produtos florestais da Guiana são inúmeros. Apresentam a maior variedade que pode atender a todas as necessidades. Produtos alimentícios, oleaginosas, medicinais, resinosos, aromáticos, corantes, têxteis, abundam nesta terra que antes era conhecida como França Equinocial. (COUDREAU, 1883, p. 15).

Destarte, os interesses econômicos são pontos cruciais para a exploração francesa no extremo norte da América do Sul e o seu grande anseio por ampliar ainda mais a escala territorial em disputa com o que, neste ano de 1883 ainda era o Império Brasileiro que, se verá como se deu mais adiante, aqui neste trabalho.

A borracha, em especial, produto subtraído da árvore da seringueira, típicas das regiões tropicais amazônicas, é descrita como um valioso bem a ser explorado pela França no romance de Louis Bousсенard *Les Robinsons de La Guyane: Les Chasseurs de Caoutchouc* (*Os Robinsons da Guiana: Caçadores de Borracha*), cujo enredo nos ocuparemos pormenorizadamente mais à frente. O elemento econômico se mostra essencial já no título da obra de Bousсенard, que tem como característica uma exacerbada apologia ao nacionalismo francês. Neste romance, as florestas de seringais são comparadas às jazidas de ouro que podem proporcionar imensuráveis lucros e provocam verdadeiras “febre da borracha”, por seu efeito psicológico de expectativas de riquezas (BOUSSENARD, 1882, p. 220).

Produtos como a borracha, não representavam apenas os sonhos de riqueza da nação francesa, mas também dos considerados “aventureiros” europeus que se assentavam nas colônias. Isso indica que ninguém conquista territórios longínquos inóspitos, há sempre as pretensões econômicas fomentando a cobiça, assim como o marfim, o ouro e pedras preciosas

foram os bens chamativos para a França e Inglaterra na África. John Hobson, apesar de considerar o econômico como uma das forças motrizes dos anseios imperialistas, não descartava as razões patrióticas, políticas, militares e até as filantrópicas (HOBSON, 1981, p. 155).

Conforme explicou Hobsbawm, o nacionalismo é pauta indissociável da fase imperial europeia, considerando que este alimenta o engajamento para a expansão. O elemento emocional apoiava o sentimento de pertencimento e identidade dos indivíduos, tornando-se hábil fator de manipulação política. Quando os Estados exploravam o orgulho nacional dos cidadãos, o patriotismo era a palavra que o definia. Esclarece ainda o historiador inglês, que o nacionalismo era ideologia encampada principalmente pela direita política e que, no século XX, desdobrou-se tragicamente no fascismo e nazismo. Diz Hobsbawm que foi na França e também na Itália, que o termo “nacionalismo” surgiu a partir de ideólogos de direita contra os estrangeiros, liberais e socialistas, bem como a favor de uma expansão agressiva de seus próprios Estados. (HOBSBAWM, 2019, p. 224).

A ideia de uma *nação* é uma formulação pensada e imaginada por uma coletividade. Muitas obras literárias, consideradas obras-primas mundiais, como por exemplo, os romances da inglesa Jane Austen; são paradigmáticas em apresentar ideias positivas sobre a pátria, a grandiosidade e os valores ingleses mais caros aos seus súditos e, em contrapartida, desvalorizar outros mundos aos quais colonizavam, através de personagens e enredos, conforme destacou Said. Essas características nacionalistas percebidas, mesmo que sutilmente na arte literária, faz parte da construção de um *imaginário*, que é um conceito advindo da História Cultural, entendido como um “*sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.*” (PESAVENTO, 2014, p. 43).

A imaginação não se restringe ao mundo ficcional, literário. Corroborando o conceito de imaginário da História Cultural, é possível entender que as nações, definidas como “*comunidades políticas imaginadas*” pelo teórico social e político Benedict Anderson, compartilham valores e ideias que formam um povo específico, criando assim nações que outrora não existiam, pois se inventa um sentimento de pertencimento elaborado

culturalmente, seja através de uma língua, etnia, território e outros elementos em comum de determinada comunidade que os aglutinam em torno de uma identidade personalizada.

Outro ponto a ser considerado é sobre o que realmente seria o nacionalismo. Étienne Balibar pondera que definir tal conceito é um tanto complexo, mas que pode ser melhor esclarecido quando outros termos intermediários são relacionados a ele tais quais: civismo, patriotismo, populismo, etnismo, etnocentrismo, xenofobia, chauvinismo, imperialismo, jingoísmo. (BALIBAR, WALLERSTEIN, 2021, p.85). São expressões que sempre permeiam a questão do nacionalismo e, ressalta Balibar, que nacionalismo e racismo são fenômenos que estão extremamente imbricados no contexto imperialista. Nesse aspecto, muitas produções literárias, produzidas no contexto imperialista, quando apresentam viés nacionalista, frequentemente encontra-se indicações racistas e etnocêntricas, e isso é fundamental para justificar a chamada “missão civilizadora” dos europeus nos territórios de sujeitos hierarquizados racialmente, ou seja, a civilização ocidental e cristã deveria levar seus valores aos povos “primitivos” ou “selvagens” através da colonização.

Tal missão civilizatória a que a França e os outros países imperialistas se autodelegaram, era movida também pelo que Henri Brunschwig, citado por Edward Said, afirma ser uma vontade de prestígio, muito mais que apenas o desejo de lucro, latifúndios e escravos. A questão patriótica francesa fica muito nítida quando o francês Bousсенard, enfatiza, no referido romance que o patriotismo é muito mais importante que um mero detalhe geográfico quanto ao impasse sobre o limite territorial entre Brasil e França, como se verá no próximo capítulo.

1.2 Um imperialismo à moda francesa

A *Belle Époque* francesa contrastava com a feiura imperialista. Contemporâneos, a chamada bela época era subproduto do imperialismo que se fartava da exploração econômica em terras colonizadas. A riqueza e o prazer de viver confortável e luxuosamente dos europeus, em seu próprio continente ou nos territórios ultramarinos, eram viabilizados à custo de muita opressão, genocídio, epistemicídio e tudo o mais que auferisse prosperidade às “raças” superiores.

No exercício de lembrar outros impérios que antecederam os da era Moderna, como o famigerado Império Romano, não encontrasse nenhum precedente que se iguale à escala mundial efetuada por Grã-Bretanha e França no século XIX, formando então o que o cientista social Immanuel Wallerstein denominou *sistema mundial moderno*, em que há exploração de recursos naturais e mão de obra das colônias.

O imperialismo francês é caracterizado por ter tido uma forma *sui generis* de se desenvolver. Edward Said, referindo-se há alguns dos principais trabalhos sobre a especificidade do imperialismo executado pela França, apresenta uma visão geral de como foi projetado e articulado a sua expansão, pois não se concretizou de forma desorganizada ou impensada. Muito ao contrário, o surgimento ou consolidação das várias ciências, em todas as áreas, estava a pleno vapor, como a sociologia, geografia, história, a psicologia e a antropologia, que serviam de fundamentos e guias de estratégias para a empresa colonial francesa.

Em particular, as sociedades geográficas francesas, as quais tinham como membros muitos enviados de expedições científicas aos domínios de ultramar, essas agremiações davam suporte à exploração e conhecimento sobre os territórios e pessoas a ser conquistados. Um de seus ilustres geógrafos e viajantes, o francês Henri Coudreau, enviado pelo famoso Ministro Jules Ferry, na década de 1880 em missão exploratória do departamento ultramarino da França na América, realizou um inventário extremamente abrangente, em todos os aspectos, sobre a região contestada por Brasil e França, na Amazônia. O trabalho do geógrafo foi tão importante que seus artigos foram publicados por várias sociedades de geografia da Europa, o que resultou em um livro *La France Équinoxiale*, fruto de suas viagens à Amazônia e Guiana Francesa, além de outros livros, inclusive sobre o Brasil em específico (FILHO, 2008, p. 26).

Um ponto crucial a sublinhar é essa peculiar forma de imperialismo francês. Enquanto que o estilo de colonização adotada pelos britânicos através de uma organização e administração em departamentos impessoais, a forma francesa era assimilacionista, ou seja, tentava transformar os nativos das colônias em súditos e destruir seu modo de vida tradicional (ROMANI, 2013, p.54). Os ingleses tinham uma política de governo indireto, não se preocupavam em interferir na cultura e nas formas de governo locais, e é possível fazer uma

analogia com as políticas francesa, que era muito mais dura com relação à imposição de assimilação de sua cultura europeia e agindo com agressividade às manifestações da cultura dos nativos dominados (ROIG, 2017, p. 118).

O “prestígio” que Brunshwig destacou, quando se referiu ao modelo singular de império que a França, ao longo de séculos, desenvolveu em várias partes do mundo, pode ser entendido como uma vontade de exercício de poder, de caráter competitivo, uma ambição de dominação em relação à outras potências rivais. A França almejava muito mais do que lucro, anexação de novos territórios, mão de obra escrava ou mais barata, queria sim exercer o que considerava sua “vocação superior” ultramarina (SAID, 2021, p.271). Isso fica muito claro para Brunshwig quando analisa detidamente a compensa o econômica do empreendimento colonialista e constata que, na realidade, a França n  auferia lucros que justificassem grandes investimentos em colônias tanto em África quanto na Ásia, Antilhas ou América do Sul e que, portanto, explicar o império francês no século XIX apenas em termos econ micos seria um mito (BURKE, 2011, p. 124).

Um evento extremamente relevante desse período neoimperialista foi a Guerra Franco-Prussiana. Conflito ocorrido em 1870-1871, em que o reino da Prússia derrotou a França, que viu assim o seu sentimento de orgulho nacional ser demasiadamente abalado, o que fomentou o revanchismo nacionalista entre seus compatriotas e, este fato, para Brunshwig seria o motivo principal que alimentava a corrida imperialista francesa nos anos finais do século XIX. Outro fato interessante, relacionado   Guerra Franco-Prussiana, que teria estimulado o crescimento das sociedades geográficas francesas, das quais o viajante aqui analisado, Henri Coudreau, fez parte. Edward Said argumenta que “*A explora o e o conhecimento geográfico, a partir da , passaram a se vincular ao discurso (e   conquista) imperial, e na popularidade de gente como Eug ne Etienne (fundador do Groupe Coloniale em 1892) podemos retraçar a ascensão da teoria imperial francesa até se tornar quase uma ciência exata.*” (SAID, 2021, p. 272).

A voca o ultramarina francesa   tão consolidada que há uma publica o que se dedica   história europeia e, mais especificamente, sobre a expansão e forma o ultramarina francesa. Publica o essa que tem o título de *Revue Française d’histoire d’outre-mer*, anteriormente chamada de *Revue d’histoire des colonies*. Quem assinala esta questão   Henk

Wesseling quando trata em um artigo sobre a chamada História de Além-mar, ramo da história que também pode se inserir na História Cultural, visto que:

A história de além-mar desenvolveu-se em um campo de estudo muito mais amplo do que costumava ser a história colonial. Trata não somente dos sistemas coloniais e do encontro entre europeus em geral, mas também da história econômica, social, política e cultural dos povos não europeus. (BURKE, 2011, p. 100).

Com tudo isso, conclui-se que o mundo colonial era uma questão fundamental aos interesses europeus e a França era um país que se dedicou aos assuntos coloniais de forma sistemática, fazendo com que o universo acadêmico, em diversas áreas do conhecimento científico se debruçasse sobre tudo o que se referia às coloniais e, conforme disse Said, a prática colonialista era uma espécie de ciência interdisciplinar e que, para os franceses “o que hoje chamamos de propagandistas – desde romancistas e nacionalistas até filósofos mandarins -, o império francês estava singularmente vinculado à identidade nacional francesa, a seu brilho, sua energia civilizatória, seu desenvolvimento geográfico, social e histórico específico” (SAID, 2021, p. 274). Portanto, o lema “conhecer para dominar” faz todo o sentido na filosofia do império francês.

Paradoxalmente, os mapas e estudos geográficos produzidos por Henri Coudreau forneceram um suporte indispensável, como fonte documental, para o famoso Barão do Rio Branco, diplomata brasileiro, quando este levantou defesa na Arbitragem sobre o contestado franco-brasileiro realizado na Suíça, e obteve ganho da causa para a já república brasileira em 1900, derrotando a nação francesa em seus interesses na também chamada Guiana Brasileira, onde hoje se situa a parte norte do Estado do Amapá.

1.3 Caçadores de borracha, ouro e outras especiarias: as riquezas usurpadas pelo imperialismo francês na Amazônia

A França é conhecida mundialmente pela criação dos melhores perfumes do mundo. Chanel nº 5, o perfume preferido da atriz hollywoodiana Marilyn Monroe é produzido a partir do óleo essencial extraído da árvore conhecida como Pau Rosa (*Aniba rosaeodora*), nativa da flora amazônica, outrora muito abundante na área fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. A influência das Ciências Naturais, que despontou no século XVIII, foi muito importante, principalmente com as viagens e estudos do célebre viajante naturalista prussiano Alexander Von Humboldt (1789-1850), que norteou os métodos utilizados por muitos viajantes ao encontrarem todo um novo universo na natureza dos continentes explorados, indo desde os astros, flora, fauna e minerais, abrangidos pelas Ciências Naturais.

Só como exemplo, podemos perceber o quanto os viajantes franceses realizavam detalhadas descrições sobre plantas e suas propriedades, principalmente as medicinais, e anotavam em seus diários tudo o que aprendiam, ou com nativos indígenas ou etnias e sujeitos das fronteiras que percorriam, além de fotografar ou mesmo desenhar essas descobertas, uma delas, relatada pelo viajante Jules Crevaux, o chamado *curare*, uma planta com diversos usos pelos povos originários, incluindo seu poder de tratamento para combater a doença conhecida como Tétano (utilizada até hoje) ou mesmo a quinina, muito usada contra a malária.

A *Hevea Guyanensis*, nome científico da Seringueira, árvore que produz o látex ou borracha para diversos usos industriais, por exemplo, para a crescente indústria pneumática com o surgimento do automóvel no final do século XIX, foi um dos carros-chefes da exploração florestal empenhada pela França na sua colônia guianense. Este produto tinha tanta importância que o romance de Bousсенard o fez meio de obtenção de riqueza para suas personagens. De acordo com Edward Said, os romancistas se configuravam como autênticos propagandistas da era imperial. Por isso, não é por acaso que Bousсенard, ao longo de todo o seu texto ficcional e, também detalhadamente no Capítulo IX de *Os Caçadores de Borracha*, dedique uma extensa explicação das vantagens do negócio, permeando a trama de sua história.

Quanto à busca do Eldorado, o manancial de ouro, incessante desde a primeira chegada no continente americano, ganhou novos capítulos com a descoberta de minas de

ouro, nos anos de 1893, justamente na faixa reivindicada por França e Brasil. O local exato era a região conhecida como Calçoene ou na escrita francesa, Carsewene. Esse descobrimento suscitou uma corrida pelo ouro que arregimentou milhares de aventureiros dos dois países. Contudo, apenas a França investiu em estruturas de suporte para produção e escoamento do ouro mas, em contrapartida, pelo lado brasileiro, o professor Carlo Romani explica que, talvez por *“falta de vontade ou por incapacidade gestora e financeira, tanto do Estado quanto da incipiente burguesia empreendedora nacional, ficou praticamente à margem de todo o processo de extração mineral realizado no Contestado”* (ROMANI, 2013, p. 77). Isso reforça o vigor da política imperial francesa, que não podia perder essa grande oportunidade de lucro e poderio em parte de sua colônia americana reclamada.

1.4 Duelo de Nações: Brasil e França nas geopolíticas neocoloniais

Guiana é uma palavra da língua indígena aruaque que significa “terra de muitas águas”. Nos dias atuais, uma ponte binacional interliga a cidade guianense Saint-Georges à cidade brasileira de Oiapoque, Estado do Amapá, inaugurada em 2017. Abaixo desta ponte está o rio Oiapoque, divisória natural dos dois países. O palco da disputa conhecida como Contestado Franco-brasileiro corresponde justamente às terras situadas entre o rio Oiapoque e o rio Araguari. As Guianas, tanto a francesa quanto a brasileira (pois o extremo norte do Brasil também era conhecido por Guiana) continham uma diversidade multiétnica de sujeitos que conviviam neste território e tinham interesses que muitas vezes eram contrários ou diversos ao Estado brasileiro ou francês.

Geograficamente delimitada pelas nações em disputa no século XIX, essa fronteira sempre teve um caráter muito fluído, quer dizer, sem uma definição precisa, em se tratando dos sujeitos históricos que lá conviviam. A historiadora amapaense Francinete Cardoso tratou exatamente dessa perspectiva dos atores sociais que estavam inseridos neste território pleiteado, que são pessoas como:

Etnias indígenas, quilombolas, escravizados, crioulos das Antilhas e das Guianas, e a diversidade de trabalhadores – pescadores, garimpeiros, pequenos comerciantes, agricultores – de diversas procedências; também soldados desertores, prisioneiros, fugitivos, tinham representação do Contestado como “território de liberdade” (CARDOSO, 2008, p. 10).

Essa pluralidade encontrada na fronteira franco-brasileira acabou sendo retratada através das variadas personagens do romance de Bousсенard. Cardoso, citando Gomes (1999) “o Contestado era um lugar de movimento, de contatos entre gente e ideias que não obedeciam à lógica construída pelo Estado francês ou brasileiro” (CARDOSO, 2008, p. 48). Na prática, as relações sociais concretas não se pautavam em um caráter nacionalista, mas em necessidades daqueles que se encontravam no território, afirma Cardoso. O nacionalismo era, então, uma ideologia que permeava as mentes daqueles que detinham o poder e não, por exemplo, de algum ribeirinho⁵ no coração da Amazônia. O duelo das nações estava mais em gabinetes de Estado do que na prática, acirrando-se de fato quando se descobriu ouro na área em litígio na última década do século XIX.

A gênese das disputas diplomáticas na fronteira do Brasil e Guiana Francesa, é o longínquo século XVII, perdurando até o primeiro ano do século XX. Essa contestação territorial entre os dois países, colecionou inúmeros tratados e acordos que só funcionaram de forma paliativa ou nem isso. A transformação da área em território neutro - em meados do século XIX quando se descobriu o potencial aurífero do lugar - onde nenhuma das duas nações litigantes poderiam exercer nenhum tipo de soberania, até a solução jurídica definitiva, possibilitou que os países em disputa exercessem um controle mútuo sobre a região até 1900.

Dois impérios rivais se digladiam diplomaticamente durante séculos, até que a descoberta de ouro deflagra num episódio belicoso e sangrento. O ano de 1895 foi o estopim dessa rivalidade entre Brasil e França que se enfrentaram em luta armada, motivada principalmente pelo *boom* aurífero na região que posteriormente se tornaria o Amapá. O historiador Carlo Romani, citando obra de Manoel Buarque, *O Amapá*, que comparava a referida região Contestada como uma espécie de nova Califórnia, fazendo referência ao

⁵ Ribeirinhos é uma denominação aplicada às comunidades tradicionais não-indígenas da Amazônia, que habitam as margens ou entornos das redes fluviais composta não somente pelos rios, mas também por lagos, igarapés, igapós e várzeas. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI Antônio Carlos. *Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos de Vida e Uso dos Recursos Naturais*. Socioeco, vol.02, 2007.

processo ocorrido na América do Norte de deslocamento às regiões mais a oeste, buscando também o brilho do ouro. A similaridade com a marcha para o oeste norte-americano também é percebida quando se acreditava ser a região uma “terra de ninguém” ou pouco habitada, assim como se via a Amazônia naquele mesmo período, meados e final do século XIX, mas, tanto lá nos Estados Unidos quanto aqui na América do sul, os povos originários eram os principais habitantes. Ambas as situações, modificaram as geopolíticas nacionais e internacionais fronteiriças. A pesquisadora Francinete Santos Cardoso resumiu este cenário geopolítico que se iniciava neste período na Amazônia:

A questão de fronteiras na Amazônia coloca-se, em grande parte, em termos de aspectos geopolíticos. Este fator contribui para reforçar a noção de espaço vazio, a qual, na maioria das vezes, não consegue ir além de uma visão oficial, que entende a imposição de mega-projetos como uma solução para o vazio demográfico e desconsidera a presença de mocambistas ou etnias indígenas. (CARDOSO, 2008, p. 35).

No território contestado, uma missão de cunho científico, sob as ordens do primeiro ministro francês Jules Ferry, o expedicionário Henri Coudreau, a partir de 1883 iniciou trabalho exploratório na Guiana Francesa que, de acordo com Romani, era “ao mesmo tempo uma missão política no sentido do interesse nacional da razão do Estado e uma empreitada comercial, pois inauguradora de uma nova era de exploração econômica no Contestado” (ROMANI, 2013, p. 56). O Estado brasileiro, tanto através do Império português e posteriormente brasileiro até o ano de 1889 e depois, sob um governo republicano, raramente projetou políticas efetivas de ocupação da região mais setentrional do país. Ao contrário, a França, ao longo do século XIX, cuidou de conhecer geograficamente as terras que almejava anexar na América. Antes de Henri Coudreau, outro viajante foi precursor foi o conhecido Jules Crevaux, cujos escritos de viagens são um importante material referente à região amazônica como um todo, pois percorreu, a partir da década de 1870, não somente a área brasileira contestada, mas também outros países como a Venezuela e Colômbia, por exemplo, indicando assim, o quanto à França interessava conhecer e documentar sobre os territórios aos quais tinha interesse.

Ironicamente, o conceituado Coudreau fez parte de um elaborado plano de domínio de parte da terra contestada, em desfavor do Estado para o qual trabalhava, que foi a criação de uma República independente da Guiana, chamada Cunani. Henri Coudreau tentou

estabelecer um território independente tanto da França quanto do Brasil, junto com outros franceses aventureiros e também com um afro-brasileiro chamado Trajano Supriano Benitez, promovido a capitão para representar os franceses na área contestada. Trajano era nascido em uma localidade no interior do que hoje é o Estado do Pará, porém, na condição de escravizado, fugiu para a região do vilarejo do Cunani e lá estabeleceu com outros brasileiros um mocambo, habitado por sujeitos diversos que preferiam se aliar aos franceses e governados por eles, tendo em conta que a França havia abolido a escravidão e no Brasil, até 1888 não existia a Lei Áurea (BALDUS, 2019). Essa pretensa República sem reconhecimento de nenhum dos dois lados, francês e brasileiro, teve curta duração (1885-1887), todavia, os seus mentores foram ousados em seus intentos na criação de um novo país. Jules Gros, um dos fundadores junto com Coudreau, era jornalista e literato, membro da Sociedade de Geografia francesa, pensou detalhes sobre o novo Estado, como explica Wolfgang Baldus:

Ele era um bom propagandista para sua república e sabia o que era indispensável para um país independente. Ele criou uma bandeira, adotou o lema “liberdade e justiça” para sua nação, criou uma ordem, a “Ordem Estrela de Cunani”, e abriu uma legação em Paris, na Rue de Louvre nº 18”. Ele alegou inclusive ter se encontrado com o Imperador brasileiro Dom Pedro II durante a visita do imperador à Paris. (...). Ele fez com que moedas fossem cunhadas, assim como supostamente emitiu selos postais. (BALDUS, 2019, p. 34).

Vê-se que a área em disputa internacional franco-brasileira, no findar do século XIX, era bastante movimentada, repleta de episódios e personagens intrigantes e surpreendentes, assim como uma verdadeira trama ficcional com inúmeros incidentes incitantes, plot twist (pontos de virada), tão presentes nas narrativas cinematográficas e literárias. A cobiça por essa região da Amazônia, na realidade, também se deu por causa da descoberta de veios de ouro aluvial e, por isso, conseguiram seus criadores patrocínio de investidores europeus, mas, afinal, estavam eles enfrentando o poderio do imperialista Estado francês, que logo pôs fim à utópica república. Poucos anos depois, o ouro – sempre ele – seria o estopim de uma batalha real entre franceses e brasileiros, como será visto no próximo capítulo. Portanto, o mito do Eldorado, paraíso do metal dourado, depois de mais de 300 anos, ainda perdurava na ambição europeia.

As consequências desse curioso episódio de tentativa de golpe, dentro da área Contestada, não trouxe muitos problemas para seus formuladores, muito menos para o intrépido Henri Coudreau, que continuou a percorrer o território fronteiro, falecendo no

“coração” da Amazônia um ano antes de Brasil e França solucionarem definitivamente essa disputa, desfecho que também teria sido motivado por pressões de outras nações imperialistas como a norte-americana, Inglaterra e Alemanha para “restringir o campo de atuação imperialista francês na América do Sul” (ROMANI, 2013, p. 142).

Contudo, diante de todo o avanço inexorável da França sobre essas terras, quais as atitudes tomadas pelo governo brasileiro para resguardar a sua posse? Ao longo de séculos, o governo de Portugal implementou vários projetos estratégicos de defesa da região amazônica, como núcleos de povoamentos, construção de edificações e fortificações no sentido de combater as constantes tentativas de invasão e colonização, não somente pelos franceses mas também contra as investidas dos holandeses e ingleses que rondavam a área, e assim de garantir a abrangência do domínio da coroa portuguesa na América do Sul (GOMES, 1999). A imensa extensão da região que o Brasil chamava de Estado do Grão-Pará e Maranhão, no qual a área disputada estava inserida, era um dos obstáculos para o controle tanto do império Português quanto de quando o Brasil se tornou República.

Todavia, o acirramento dos conflitos por ouro na área em fins do século XIX, suscitou também do lado do governo brasileiro uma atenção especial no sentido de promover missões de levantamentos e reconhecimentos físico e humanos da região, principalmente a partir de 1889, a fim de demonstrar que não havia abandonado seu interesse em garantir aquelas terras, iniciando trabalhos cartográficos e topográficos para auxiliar a demarcação dessa fronteira. Muitas expedições exploratórias foram realizadas também por parte do Brasil, entre elas, as do prestigiado naturalista suíço-alemão Emílio Goeldi, além disso, o próprio francês Henri Coudreau também fez trabalhos especialmente para o governo brasileiro (ROMANI, 2013). Importante ressaltar que os argumentos utilizados pelo diplomata brasileiro Barão do Rio Branco, aos juízes no tribunal em Berna, na Suíça, para decidir com quem ficaria a área do Contestado, foi convencer o tribunal não somente com documentação e mapas mas, principalmente por uma abordagem de conhecimento sobre a população e costumes locais, ou seja, Rio Branco demonstrou domínio sobre a geografia humana do local, além da geografia física, em detrimento do diplomata francês Vidal de La Blache. Essa requintada abordagem garantiu ao Brasil sua vitória, muito embora os franceses também tivessem esse conhecimento humano, tanto quanto o lado brasileiro, mas não considerou importante para sua defesa, o que Romani explica:

[...]. Não foi o suporte científico e documental que sensibilizou os jurados em Berna, pois se disto depende-se a decisão, o aparato evidenciado por La Blache seria invencível. O Barão, ao contrário, comoveu os jurados por ter sido hábil o suficiente em mostrar um melhor relacionamento com o saber local. Advogado astuto e flexível, mestre em retórica, já ganhara uma causa anterior contra a Argentina (ROMANI, 2013, p. 146).

O mapa cartografado por Coudreau na obra *Chez Nos Indiens* (figura 1) expressa também o interesse etnográfico da França através de membros de suas sociedades geográficas como Coudreau, pois este mapa contém as muitas etnias indígenas da região do Contestado das guianas (Roucouyenes, Oyampis, etc) e das chamadas tribos afro-americanas, claro, além dos rios e regiões de minas de ouro. No entanto, foi nessa geografia humana que o diplomata brasileiro sustentou suas alegações de direito de propriedade sobre a referida região.

A historiografia sobre os impérios geralmente enfatiza o domínio francês nos continentes africano e asiático, entretanto, as américas também foram alvos da presença francesa no sentido neocolonial, sem contar as possessões que França detinha também nas Antilhas (arquipélago da América Central) e até uma parte no que hoje é o Canadá. No caso da América francesa, foi no ano de 1884 que ocorreu o primeiro pedido de apoio a uma missão comercial francesa ao território Contestado, mesmo ano que o economista inglês John Hobson considerou como o início do imperialismo burguês da era contemporânea.

Figura 1 - “Itinerário do senhor Coudreau”



Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Francesa (1893, p. 03).

Portanto, visualiza-se que a presença imperial francesa na América latina é uma interessante perspectiva de se entender como a Europa, através de seus escritos de viagens e sua produção literária ficcional contribuíram definitivamente para a consolidação de imagens “inventadas” das Américas, como sublinhou Edmundo O’Gorman, imagens estas que já estavam em construção desde os primórdios da invasão europeia no que chamaram de Novo Mundo.

1.5 Ficções científicas: Pseudociências do século XIX

(...). Sem dúvida, existe uma linhagem especificamente francesa de doutrinas do arianismo, da antropometria e da genética biológica, mas a verdadeira “ideologia francesa” não está nelas: está na ideia de uma missão universal de educação do gênero humano pela cultura do “país dos direitos do homem”, à qual corresponde a prática da assimilação das populações dominadas e, conseqüentemente, a necessidade de diferenciar e de hierarquizar os indivíduos ou os grupos segundo sua *maior ou menor disposição ou resistência à assimilação*. Foi essa forma ao mesmo tempo sutil e esmagadora de exclusão/inclusão que se desenvolveu na colonização e na variante propriamente francesa (ou “democrática”) do “fardo do homem branco” (BALIBAR, WALLERSTEIN, 2021, p. 60).

Assim como no século XX Hitler se aliou às justificativas ditas “científicas” de subjugação dos judeus por considerá-los “impuros” racialmente, o imperialismo do XIX iniciou esta narrativa de superioridade racial, que não era nova, mas adquiriu contornos mais aprimorados, corroborados com teorias e estudos das Ciências que estavam se firmando no mundo acadêmico. A ótica euroimperialista sobre os povos autóctones dos continentes explorados era extremamente eivada pelo etnocentrismo, em que práticas e costumes ocidentais eram sobrepostos aos códigos culturais de populações africanas, ameríndias, asiáticas. Esses povos eram considerados como intelectualmente inferiores e muitas vezes os adjetivavam de “selvagens”, “bárbaros” e “primitivos”. O fenótipo desses grupos humanos, que definem o conjunto das características físicas pelo viés biológico, também era fator de inferioridade e ainda de uma suposta não humanidade dessas populações. É preciso lembrar ainda que qualidades e atributos morais igualmente eram subestimados pelo homem branco europeu.

O cientificismo do século XIX foi peça chave para o estabelecimento do racismo, que adquiriu muito prestígio porque era uma ótima fórmula de legitimação de domínio e privilégio euro-cristão e branco. Doutrinas raciais surgiram em profusão em 1800, como a Eugenia, a Frenologia e a Antropometria, que passaram a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos, métodos estes que subsidiaram e fundamentaram o imaginário e o arcabouço intelectual dos aventureiros viajantes, favorecendo um caráter interdisciplinar das observações que fizeram no Novo Continente (SCHWARCZ, 2008, p. 59). Nesse contexto, a terminologia raça é empregada de

maneira muito abrangente pela intelectualidade europeia. Definindo um grupo humano com características peculiares como o físico, o psicológico e cultural, transmitidos hereditariamente. Além da literatura acadêmica, os relatos de viagens e a literatura ficcional muito comumente usavam a palavra raça para distinguir as várias etnias que mencionavam.

Alguns dos pressupostos que se auto intitulavam científicos e, utilizando e deturpando estudos como o de Charles Darwin sobre a evolução das espécies, se firmaram e atualmente são chamados de racismo científico. Ideólogos deste tipo de racismo como o Conde francês Joseph Arthur de Gobineau e o médico italiano Cesare Lombroso, divulgaram amplamente suas teses no Brasil e na Europa. A antropóloga Ilka Boaventura Leite explica o trabalho escrito por Arthur de Gobineau:

Em sua obra *Essai sur l'Inégalité de Races Humaines*, publicada em 1853, defende a história como resultante da superioridade e inferioridade das raças como consequência do cruzamento destas raças. Atribui à raça negra características como *paixão, lirismo e temperamento artístico*, e à branca, *razão e honestidade*. (LEITE, 1996, p. 207).

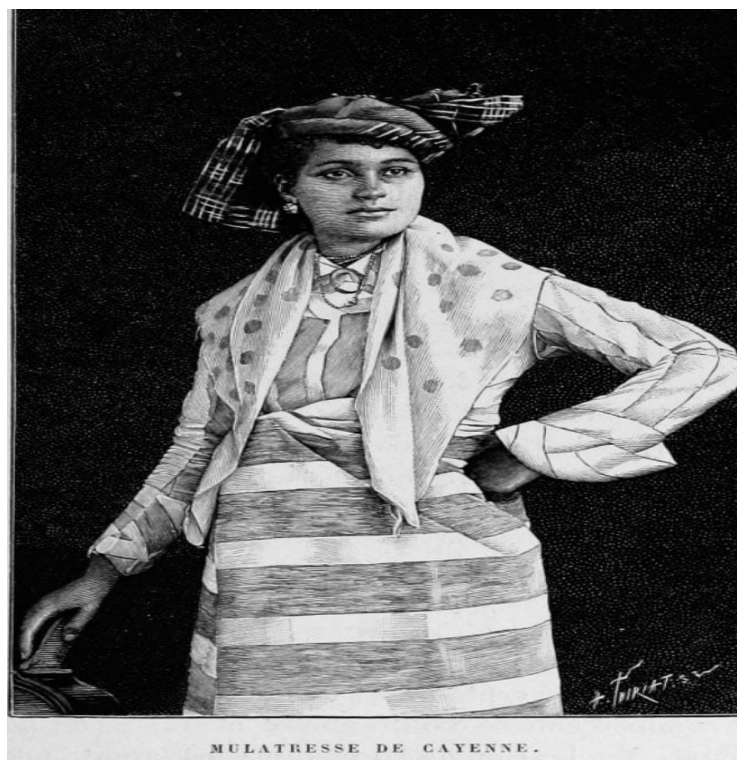
Esses perfis de personalidades, atribuídos tanto aos indígenas e, mais frequentemente aos negros, delegando-lhes gênios menos favoráveis ou depreciativos, são narrativas que sempre estão presentes nos mais diversos textos que tratam sobre os povos colonizados. Adjetivos como imoralidade, maldade, preguiça, indolência, desonestidade, ganância, entre outros que traçam uma imagem muito negativa dos afrodescendentes, em geral. Henri Coudreau exemplifica nitidamente em seu diário de viagem o que achava da etnia Boni, afrodescendentes presentes nas áreas de fronteiras das Guianas (tradução nossa):

Não serão os Bonis que aperfeiçoarão o senso moral dos Roucouyennes. Conhecemos o mercantilismo voraz e ciumento do negro, seus instintos estupidamente gananciosos que o fazem gastar de vezes mais em malandragem e astúcia para roubar um centavo de franco que daria trabalho ganhar: toda aquela mistura de preguiça, vaidade e infantilidade que caracteriza o primitivo africano – todas essas qualidades florescem no Boni, um negro selvagem um tanto afagado pela civilização (COUDREAU, 1893, p. 153).

Este excerto resume enfaticamente o que todo europeu supunha do caráter de negros, indígenas ou mesmo de “mulatos” (mestiços), termo que também utilizavam em abundância e como marcador de diferença dos tipos humanos, como na figura 2. As teorias racistas afirmavam que a miscigenação das raças gerava uma degeneração humana. Negros ou

miscigenados eram tidos como exageradamente feios e semelhantes aos macacos, ou seja, uma concepção que já se forjava no seio da difusão das pseudociências que, poucos anos depois foram rechaçadas e descredibilizadas com o advento da genética, o aperfeiçoamento da antropologia e da sociologia jogaram por terra essas falsas teorias de inferioridade de grupos étnicos. Para Arthur de Gobineau, os mestiços estavam condenados à extinção, pois para ele, somente as “raças” puras, como os arianos, poderiam atingir o progresso (SOUZA, 2021).

Figura 2 – “Mulata de Caiena”



Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Française (1893, p. 261).

No estudo que derivou o livro *Raça, Nação, Classe: As Identidades Ambíguas*, de Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein, considera-se que não há apenas um tipo de racismo, mas sim que existem *racismos*, no plural. Balibar e Wallerstein concentram suas concepções acerca de racismos como os ocorridos durante a era imperial colonialista, no nazismo e na segregação racial dos EUA. Este importantíssimo trabalho traz reflexões que remetem à pertinência no presente de questões sobre o racismo no mundo. Consideram os autores que todo racismo histórico é ao mesmo tempo institucional e sociológico e que, dificilmente se

encontram sociedades contemporâneas em que não haja racismos. Sobre a marca deixada pelo racismo colonial francês, Balibar evidencia que:

Não é muito difícil descobrir seus efeitos onipresentes à nossa volta. Em primeiro lugar, porque *toda a* colonização francesa direta não desapareceu (alguns “territórios” e seus “autóctones” com o *status* de semicidadãos se opuseram à descolonização). Em seguida porque o neocolonialismo é uma realidade maciça que não se pode negligenciar. Enfim, e sobretudo, porque os “objetos” privilegiados do racismo atual – os trabalhadores originários das antigas colônias francesas e suas famílias - aparecem como produto da colonização e da descolonização e acabam, assim, concentrando em si próprios a continuação do desprezo imperial e, ao mesmo tempo, o ressentimento vivenciado pelos cidadãos de uma potência destronada, quando não a obsessão ilusória de uma revanche.” (BALIBAR, WALLERSTEIN, 2021, p. 80).

Continuando as reflexões sobre racismo, Balibar afirma que as teorias racistas comportam uma idealização da espécie humana, principalmente através da estética e, é por isso que no século XIX, no âmbito da apropriação das ideias evolucionistas de Charles Darwin, havia uma espécie de culto há um certo tipo de homem, um ideal humano, um ser superdotado oriundo apenas das ditas nações desenvolvidas. Na mesma linha de raciocínio, Eric Hobsbawm cita o principal pensador dessa linha conceitual, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, cujo trabalho seria uma:

variante do chamado darwinismo social, um discurso desenvolvido com a linguagem da ‘seleção natural’, neste caso uma seleção destinada a produzir a nova raça dos ‘super-homens’, que iria dominar os humanos inferiores como o homem, na natureza, domina e explora a criação bruta” (HOBSBAWM, 2019, p. 387).

Os humanos considerados inferiores, portanto, neste viés ideológico do evolucionismo estaria reduzido a uma animalidade ou bestialização, perspectiva muito frequente quando, por exemplo, as pessoas negras são comparadas aos primatas. Esse reducionismo da humanidade dos povos vítimas da colonização europeia sempre foi presente nos escritos de viagens desde o início da exploração do Novo Mundo.

A literatura de Boussenard, fonte deste presente texto, contém inúmeras passagens e referências desse entendimento de que os grupos humanos racializados como os indígenas, afrodescendentes ou as pessoas miscigenadas fazem parte de uma estirpe de bárbaros, primitivos, com características próprias dos animais como ferocidade ou instinto. Logo no primeiro capítulo de *Os Caçadores de Borracha*, uma personagem europeia, um homem

fugitivo de um presídio da Guiana Francesa, La Louche, ao se referir a um companheiro de fuga, apelidado de Petit-Noir (Negrinho, francês), diz que este é seu “bonito macaco” (BOUSSENARD, 1893, p. 53). Portanto, a ideologia vigente e que se revelava também pelas produções literárias, adquiriu uma sustentação científica neste momento imperial.

1.6 Relatos de viagens: “jazidas” para a História e Antropologia

Os relatos de viagens podem consistir em preciosas fontes históricas e antropológicas e, em especial no Brasil, serviram de base para muitos trabalhos das áreas das ciências humanas, como por exemplo, a obra paradigmática do sociólogo Gilberto Freyre “*Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*”, onde utilizou os escritos de viagens de Henry Walter Bates, Ferdinand Denis, Thomas Eubank, Maria Graham, John Luccock, John Mawe, Auguste de Saint-Hilaire, Alfred Wallace, John White, Jules Crevaux (antecessor de Henri Coudreau na Amazônia), dentre outros. Até mesmo o sociólogo e ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso usou como fonte registros de viajantes.

As visões sob lentes estrangeiras a respeito do Brasil, desde 1500 são fontes documentais que, na falta de outros elementos que falem sobre o país e sua gente, continuam a ser empregados na escrita da História, da Antropologia e disciplinas afins. No entanto, este tipo de fonte, como qualquer outra, tem procedimentos muito peculiares para seu tratamento em pesquisas. O exame crítico desse tipo de fonte, através da percepção estrangeira da alteridade é o que se busca nas pesquisas que os utiliza, o que está sendo feito aqui neste trabalho. Um olhar decolonial é necessário, e tem-se como um interessante modelo o original estudo de Mary Louise Pratt “*Os Olhos do Império: Relatos de Viagens e Transculturação*”, em que a pesquisadora se detém sobre o que chama de “zonas de contato” para se referir aos espaços de encontros coloniais entre viajantes estrangeiros e nativos. A autora tornou-se uma importante referência de análise deste gênero literário que são os relatos de viagens como propagadores de ideologias no cerne do imperialismo europeu.

A antropóloga Ilka Boaventura Leite em *Antropologia da Viagem*, considera os materiais escritos e iconográficos dos viajantes como importantes fontes documentais de “construção do outro”. Leite enfatiza que as obras dos viajantes possuem uma enorme variabilidade temática e que por isso é possível extrair delas inúmeras informações, impressões e visões dos sujeitos que as escreveram tornando-se, assim, como uma espécie de jazida de onde se garimpam muitas preciosidades, não apenas sobre as pessoas e lugares descritos, mas também do que eram e pensavam esses escritores viajantes. Resume esse gênero do seguinte modo:

A literatura de viagens une exploração, aventura, aprimoramento e objetividade científica, constituindo-se como um tipo único de expressão. Nem objetividade científica, nem propriamente ficção, porém o texto *situando-se entre uma e outra*. A riqueza está justamente aí, no trânsito que transforma observação, escrita e leitura em viagem. Ou vice-versa.(LEITE, 1996, p. 101).

A seleção de textos literários de viajantes que versam sobre a região em litígio, no final do século XIX, entre Brasil e França baseia-se na pertinência destes escritos como profusas fontes documentais para a construção de uma etno-história da região Amazônica. A relevância dos relatos de viagens, oriundos de expedições científicas, está na multiplicidade de abordagens históricas que nelas podem ser encontradas, em especial à História Política e a etno-história, posto que uma das estratégias de dominação colonialista europeia centrava-se, entre outras coisas, no conhecimento da cultura dos grupos humanos que viviam nas áreas das colônias ou que foram colonizadas, além de um projeto “civilizador” de cunho etnocêntrico sobre estas sociedades. Na coletânea *Variedades de História Cultural* os diários de viagens são elencados como interessantes fontes para a História. No texto chamado *O Discreto Charme de Milão: Viajantes ingleses no século XIX*, Peter Burke considera que:

Desde que se aprenda a usá-los, os diários ou correspondências de viagens, travelogues, estão entre as mais eloquentes fontes para a História Cultural. Por “travelogues” quero dizer um relato periódico ou diário de viagem mantido por um viajante, em geral em um país estrangeiro, ou uma série de cartas descrevendo suas impressões. A tentação, tanto para os historiadores quanto para outros leitores, é imaginar-se olhando através dos olhos dos escritores, ouvindo através de seus ouvidos e percebendo uma hoje remota cultura como realmente era (BURKE, 2006, p. 139).

Para Leite, os relatos, enquanto texto, é um gênero próprio, produtor de representações sociais, condicionadas a um tipo de experiência específica: a viagem (LEITE,

1996, p. 15). Leite também salienta que as produções científicas apresentadas em relatos de viagens foram fruto de exigências impostas pela expansão do capitalismo, e o interesse em revelar as potencialidades das colônias, como o Brasil. A conjuntura imperial patrocinava as viagens de cientistas e aventureiros que estavam dispostos a deixar a vida confortável na Europa. Esse tipo de publicação, os relatos sobre viagens, era de interesse diverso, tanto das academias científicas, quanto das elites econômicas e dos governos que os representavam.

1.7 Clio e Calíope: As musas da História e da Literatura se complementam

Poderiam as obras de escritores como os franceses Júlio Verne, Alexandre Dumas, Honoré de Balzac, Charles Baudelaire e outros, atuarem como fontes históricas, documentos de um tempo? Para a História Cultural, sim. Sandra Jatahy Pesavento discorre que a literatura ficcional opera como uma fonte documental que pode “resgatar representações passadas e permitir o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais preconceitos, medos e sonhos” (PESAVENTO, 2014, p. 82). Muitos historiadores e outros cientistas sociais já trabalharam com obras literárias que lhes forneciam novas compreensões sobre como pessoas de uma determinada época (da escrita) sentiam ou se expressavam no mundo, claro, pelo olhar do autor, por exemplo, o poeta Charles Baudelaire, cujos escritos foram utilizados pelo filósofo alemão Walter Benjamin. Os estudos de Edward Said, que fundamentam esta pesquisa, não recorreram somente à literatura de Rudyard Kipling, Joseph Conrad e Jane Austen para analisar o entrelaçamento entre Imperialismo e cultura mas também a Gustave Flaubert, Goethe e outros escritores quando seu foco era pesquisar como o Oriente era visto e criado pelo mundo ocidental (SAID, 1990).

Epistemologicamente, a História Cultural extrai das fontes como os romances, os conceitos que sustentam todas as análises históricas possíveis de se obter, entre eles os de *imaginário* e *representação*, palavras-chaves que possibilitam captar o pensamento europeu imperialista vigente. Representação, na História Cultural é categoria central e “expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas”

(PESAVENTO, 2014, p. 39). Por sua vez, a categoria imaginário, complementando o de representação, seria outro aporte no qual os homens elaboram sentidos e simbolismos à sua realidade. A historiadora Pesavento esclarece que:

Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de realidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito (PESAVENTO, 2014, p. 43).

A literatura e os relatos de viagens estariam, então, através de seus discursos e narrativas, expondo os sentidos que permeiam seu imaginário, como enxergam o mundo e as alteridades através das palavras. Notadamente a Amazônia foi alvo de uma forma tradicional de apresentação, descrição e caracterização, tudo através do olhar alienígena europeu. Tal forma de se representar este pedaço da América do Sul é denominado pelo professor Gerson Rodrigues Albuquerque pelo termo *amazonialismo*, neologismo que define de uma maneira bem particular como a Amazônia foi concebida. Com efeito, o *amazonialismo* trata-se dos:

“conhecimentos” ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a “Amazônia”, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo: uma “Amazônia” ou a “Amazônia”, grafada pela escrita de distintos viajantes desde o advento da “modernidade” [...] inventando e catalogando seus povos, rios, fauna e flora, fabricando identidades e fronteiras “amazônicas” e “não amazônicas”, fabricando e introjetando narrativas de diferentes sujeitos (pessoas físicas e jurídicas) que partem da ideia ou da palavra/conceito Amazônia como um todo homogêneo, referência de lugar, identidade, vivência ou existência de incontáveis seres humanos e não humanos, naturais e não naturais. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 77).

O historiador polonês Bronislaw Baczko, observou que o imaginário social pode ser entendido como um conjunto de representações coletivas associadas ao poder (BACZKO, 1985). Destarte, vinculado às formas de se exercer poder, o imaginário está inserido no campo político de maneira simbólica, muitas vezes indireta, sutil, distribuído nas entrelinhas dos artefatos culturais, entre eles, os mais diversos gêneros literários, atuando seus autores não apenas como indivíduos que escrevem sobre seus pontos de vista particularidades, mas igualmente divulgando e promovendo as ideologias dos Estados aos quais pertenciam, perpetuando a forma de ver e pensar o mundo euroimperialista.

CAPÍTULO II

ERA UMA VEZ NO ELDORADO...A ESCRITA DE HENRI COUDREAU E LOUIS BOUSSENARD

2.1 A Amazônia como ficção do Ocidente

Um país onde não há governador, nem cônsules, nem condenados nem guardas; onde o homem vive livre como uma fera, sem fé, lei ou Rei; onde pode ganhar, quase sem trabalho, ouro de mãos cheias, e faz tudo como lhe apraz, mesmo o bom, se esse capricho peculiar passa pelo cérebro.

– E como se chama este país?... pergunta Hércules, boquiaberto.

– A Terra do Contestado da Guiana, que não pertence a França nem ao Brasil... também grande, mas mais férteis e, acima de tudo, mais saudáveis do que esta maldita colônia a que em breve diremos adeus. (BOUSSENARD, 1886, p. 26).

Em plena finalização do século XIX, a cosmovisão europeia ainda permanecia povoada pelo exotismo da alteridade no Novo Mundo e outros lugares e gentes. A natureza primitiva ainda a ser conquistada e modificada pelos ventos do “progresso civilizacional” da Europa, além da perspectiva de um novo Eldorado devido às descobertas de metais e pedras preciosas e outros potenciais produtos para o crescente mercado, como foi pontuado anteriormente aqui, continuavam a ser assunto que derivava a produção de inúmeras publicações de alto consumo para o setor editorial, que teve a Inglaterra e a França como principais “produtores” de uma literatura com uma visão imperial consolidada.

O trabalho do crítico literário Edward Said em *Cultura e Imperialismo* traz um levantamento de algumas obras literárias europeias do século XIX e início do século XX, que têm em seu cerne parâmetros ideológicos próprios da época e de como realizar esse tipo de crítica, visando subtrair desse material as questões culturais do imperialismo. As obras dos autores como Jane Austen, Rudyard Kipling, Joseph Conrad, Charles Dickens e Albert Camus foram o foco de Said em sua procura da experiência imperial na literatura. Said afirma veementemente que o império, em especial o inglês, é o contexto fundamental nas narrativas

ficcionalis do período. Indo mais além, Said diz que o romance está fundamentalmente ligado à sociedade burguesa, pois o domínio ultramarino consolidou a expansão capitalista.

Central para o estudo das literaturas dos impérios, o termo “cultura” - sabidamente um conceito com fartos sentidos - é empregado por Said através de sua concepção de artes, e ele elege o romance como uma forma cultural de difusão das representações dos impérios ocidentais modernos. Por esse viés, no âmago desse imperialismo, está o exercício do poder que também pode se manifestar culturalmente. Os impérios estavam envolvidos pelo espectro “invisível” do poder, assim caracterizado pelo filósofo francês Pierre Bourdieu. Este poder invisível se constitui como instrumento que legitima e justifica a dominação, atuando de forma simbólica. O próprio Hobsbawm reconhece que a cultura também se impôs na tradição imperialista:

Contudo, a Era dos Impérios não foi apenas um fenômeno econômico e político, mas também cultural: a conquista do globo pelas imagens, ideias e aspirações de sua minoria “desenvolvida”, tanto pela força e instituições como por meio do exemplo e da transformação social. (HOBSBAWM, 2019, p. 123).

Pierre Bourdieu sintetiza que o poder simbólico é um poder de construção da realidade, pois se dá por meio de sistemas simbólicos de conhecimento e de comunicação, por exemplo, a arte, religião, língua. Nesse termo, estes sistemas formam a cultura que se dissemina pelas classes dominantes que, no caso do Império, os colonialistas a reproduzem. Cultura e Imperialismo, na concepção de Edward Said, são aliados complexos nas disputas efetivas por terras e povos destas terras e, tais disputas, “não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações” (SAID, 2021, p. 40). À vista disso, a literatura, como uma forma cultural, consoante Bourdieu, é um sistema simbólico que impõe a ideologia de uma classe sobre a outra.

A convergência de inúmeras determinantes é a explicação para a consagração do imperialismo europeu dos últimos quartéis do século XIX. Edward Said assegura que a expansão imperial só teve resultados assombrosos “porque havia poder suficiente – poder militar, econômico, político e cultural – na Europa e nos Estados Unidos para levar a cabo tal tarefa.” (SAID, 2021, p. 296).

Nesse aspecto, a interdisciplinaridade proporciona suportes para uma análise histórica, ideais para uma extensa compreensão dessa fonte com tanto potencial que é a

literatura. Assim, entram em cena a literatura comparada⁶ e outra área correlata, a Imagologia que seria “vacionada para o estudo das imagens do estrangeiro numa obra ou numa literatura – instituiu-se como um dos métodos mais antigos da Literatura Comparada, sendo, por conseguinte, pertinente focarmos a sua importância enquanto campo de estudos específico” (CABETE, 2010, p. 85).

A imagologia se utiliza de métodos diversificados, entre eles, o método histórico, a fim de averiguar fenômenos interculturais nas inúmeras formas literárias, objetivando a compreensão da literatura de maneira holística, enquanto produto e manifestação do espírito humano (CABETE, 2010). A visão que uma nação tem sobre o estrangeiro, dentro de seus parâmetros ideológicos, faz a imagologia ferramenta interessante quando o historiador se depara com uma narrativa ficcional muito reveladora de como a Europa se via e de como enxergava o mundo colonial.

O Brasil, e a Amazônia, foram cenários das mais lúdicas histórias de conhecidos romancistas franceses. Júlio Verne, com a aventura *A Jangada: Oitocentas léguas pelo Amazonas* narrativa que conta uma viagem de Iquitos, no Peru, até a cidade de Belém do Pará, obra que foi fundamentalmente baseada em outros romances, estudos de naturalistas, geógrafos, historiadores e relatos de viagens, posto que Verne nunca veio ao Brasil e à Amazônia. Émile Carrey foi um prolífero escritor de ficções em terras distantes, e suas histórias também contavam como pano de fundo a Amazônia e até a Guiana Francesa, seu público-alvo era infanto-juvenil, tendo escrito um livro sobre a Cabanagem, revolta popular ocorrida no Estado do Pará em meados do século XIX. Outro famoso escritor francófono que explorou a Amazônia em sua obra foi Alexandre Dumas pai, em *Um País Desconhecido*, Dumas reconta a lenda do Eldorado e imagina a floresta como refúgio secreto do Império Inca. A lista não se encerra com estes romancistas, mas já formata a ideia da presença do Brasil e da Amazônia nos enredos da literatura francesa oitocentista que, neste rol, inclui um outro escritor, Louis Henri Boussenard, um tanto quanto “obscuro” pelo fato de ser um autor desconhecido no tempo presente, se comparado com os citados acima, mas que, além de ter publicado uma quantidade considerável de livros com a temática de aventura no estrangeiro,

6 O campo da literatura comparada não tem um conceito definido, porém, possui abordagens analíticas muito abrangentes, pois buscam nas narrativas literárias a História, a geografia, a cultura e tantos outros elementos que um estudo mais atento dos textos possam fornecer, trazendo outros sentidos e interpretações à escrita literária.

percorreu pessoalmente em viagens, muitos dos lugares que descreveu na ficção. Bousсенard de fato foi um escritor e viajante, conheceu praticamente todos os continentes e fez deles enredo em sua escrita. Tendo escrito mais de 30 romances de aventuras e viagens, provavelmente inspirados em lugares que percorreu como Caribe, Marrocos, Serra Leoa, Flórida, etc.

2.2 A apologia da França por Louis Bousсенard, o escritor viajante

Louis Bousсенard foi um autor de romances de aventuras que, no mesmo panteão de Júlio Verne, escreveu sobre aventuras em além-mar e ficção científica, mas, diferente de Verne, Bousсенard realmente viajou pelos países em que ambientou suas histórias. O filósofo Jean Paul Sartre, em seu livro “As Palavras”, enuncia o seguinte a respeito dos dois romancistas: “Bousсенard e Júlio Verne não perdem uma só ocasião de instruir: nos instantes mais críticos, cortam o fio da narrativa para se lançar na descrição de uma planta venenosa, de um habitat indígena” (SARTRE, 1984, p. 90), pois suas narrativas são extremamente minuciosas, didáticas e, também de cunho nacionalista, como fica nítido em seu livro *Os Caçadores de Borracha*, na qual afirma veementemente que o território do contestado franco-brasileiro pertence à França. Bousсенard se inspirou na narrativa verniana em um momento em que a editora francesa Hetzel, juntamente com o próprio Júlio Verne, projetaram publicações literárias no intuito final de promover uma pretensa educação ao estilo enciclopédico, com influências da Era das Luzes do século XVIII, e que ao mesmo tempo, visava o entretenimento (RIAUDEL, 1992).

O romancista Bousсенard obteve um imenso repertório para imaginar suas criativas estórias em virtude de sua biografia pessoal e profissional. Nascido em 1847 na cidade francesa de Escrennes, Bousсенard ingressou na Faculdade de Medicina mas, convocado a participar da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, abandona pouco tempo depois a medicina para se dedicar à escrita jornalística e ao romance de folhetim. A partir da experiência de uma viagem à Austrália, este autor publica seu primeiro romance no *Journal des Voyages*, periódico especializado em viagens, ficções e explorações. A partir do êxito deste trabalho, Bousсенard continuou na temática e, pouco tempo depois, foi chamado pelo

então Ministro da Educação e Belas Artes, Jules Ferry, para missão científica na Guiana Francesa (AUGUSTI, 2019). Esta viagem o fez escrever várias obras com tramas que passam no Brasil, entre outros romances na Amazônia, *Os Caçadores de Borracha*, que aqui será melhor analisado.

Ao todo, 34 romances de Boussenard podem ser qualificados como geográficos, por se situarem em países da África, Ásia, Oceania e América (muitos deles visitados pelo autor) destes, três obras têm como cenário específico a Guiana Francesa e também referências à localidade de Cunani (como visto no capítulo anterior, cenário de implantação de uma República Independente dentro do que hoje é o Amapá, pelo viajante Coudreau). Um outro detalhe intrigante é que Júlio Verne também cita, porém brevemente, a República do Cunani em seu livro *Sans Dessus Dessous*, de 1889 (PUYO, 2011).

A aventura infanto-juvenil *Os Caçadores de Borracha* (a borracha do título se refere à matéria-prima extraída da árvore da seringueira, o látex), como já dito, tem como espaço de seu enredo o território contestado por Brasil e França e conta as peripécias de personagens masculinos prisioneiros em fuga, de diversas etnias e procedências, buscando sobreviver em um território hostil da selva amazônica. A Guiana Francesa também era utilizada, no século XIX, pelo Estado francês para abrigar prisioneiros forçados e desterrados, considerados incorrigíveis e que ajudariam a ocupar este território ultramarino com trabalhos forçados. Os chamados *bagné* (presídios) coloniais existiram até meados do século XX. Os *bagnards* (presidiários) eram indesejados na metrópole “civilizada” e assim acabavam enviados para as ilhas próximas à Guiana, como a famosa Ilha do Diabo, ou mesmo para o continente (ROMANI, 2013). Como fica evidente na figura 3, as penitenciárias guianenses ficavam no litoral exatamente pela dificuldade tanto de acesso quanto de possíveis fugas, como descreve Boussenard em trechos de seu romance, inclusive um livro publicado já em 1969 chamado *Papillon*, que conta a vida de um ex militar da marinha francesa chamado Henri Charrière, que foi condenado à prisão na dita Ilha do Diabo guianense, na década de 1930, e foi transformado em filme de grande sucesso nos anos 70. Boussenard cria a imagética destas sagas, que os condenados poderiam enfrentar na vida real, através de suas personagens, como a seguir:

Ele aprende como, depois de saquear os portugueses do Ouassa e quase sendo seduzidos e levados de volta à Caiena, os condenados conseguiram com grande

dificuldade escapar de seus inimigos, cuja perseguição foi longa e difícil. Finalmente salvos deste perigo, mais graves eles correram durante esta jornada interminável, tinham decidido ir pelo caminho mais curto do rio Amazonas, onde esperavam encontrar maneiras de chegar ao Brasil. Depois de cruzar rios, contornar lagos, vagar por florestas, atravessar savanas, conhecer diferentes tribos de índios nômades que vendo sua aflição, forneceu-lhes um dia na pequena aldeia onde os habitantes travavam uma luta furiosa. (BOUSSENARD, 1886, p. 203).

Para se entender como Bousсенard, através de uma aventura fictícia, delineou uma perspectiva europeia do recanto amazônico almejado pela França, é preciso que se mergulhe na estória e visualizá-la em seus aspectos romanescos e, assim, traçar o panorama em que foram encaixados tramas e personagens. Trata-se a obra das aventuras e desventuras de prisioneiros e homens livres ou fugitivos, de várias nacionalidades, em busca da sorte em qualquer atividade que lhes proporcionasse sobrevivência, do comércio à exploração de ouro e outros produtos, ou mesmo uma vida errante, fadada ao banditismo. Daí, logo se percebe as características da escola literária realistas que influenciaram a escrita do autor. Essas personagens utilizadas por Bousсенard, encontram-se bem delimitadas no que o professor Iuri Cavlak elencou como perfis de pessoas que permeavam a região Contestada:

[...].Espaço que atraiu então desertores, quilombolas e proscritos de todas as formas que se queriam livres da jurisdição franco-brasileira. Uma disposição que se agravou com a descoberta de ouro na região de Calçoene e a proclamação da República do Cunani, nessa linde neutralizada, em 1884. [...] (CAVLAK, 2016, p. 02).

Como a região amazônica sempre esteve envolta do imaginário de ser o “inferno verde”, pela dificuldade de adaptação às singularidades climáticas, geográficas e de subsistência por parte de pessoas não nativas, além das muitas tentativas mal sucedidas de povoamento, pelos mais diversos motivos, a Guiana Francesa acabou por servir de destino penitenciário a fim de desafogar as cadeias de Paris, isso a partir do século XVIII, com os presos políticos da Revolução Francesa, ficando a Guiana como lugar inóspito e uma verdadeira “guilhotina seca” (CAVLAK, 2016). Essa outra forma de ocupação francesa através da implantação de penitenciárias na função de “colônia de povoamento” às avessas, começou a preocupar a diplomacia brasileira que, com essa estratégia, poderia perder a soberania nacional com este tipo de intervenção, além da fuga de detentos franceses para a região neutralizada (ou seja, sem a ingerência tanto do Brasil quanto da França) no Oiapoque (ROMANI, 2013).

Figura 3 – “Le Maroni, uma antiga penitenciária de Saint-Louis”



Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Française (1893, p. 39).

As personagens de *Os Caçadores de Borracha* são de origem árabe, há homens brancos de origem francesa, homens negros de outras colônias francesas como da Martinica, outros da etnia Boni presente nas Guianas mas que, todavia, eram vistos como “homens sem pátria” (um dos títulos de um capítulo do livro) por sua condição de criminosos, perdiam o status de “cidadão”. O autor explica, ao longo da estória, muitas passagens de base histórica, como a neutralização da área Contestada em acordos entre Brasil e França e que, por isso, tal lugar estaria mais vulnerável à presença de sujeitos considerados de índoles mais duvidosas ou perigosas, muito em virtude também por ser um território fértil e de possibilidades de exploração econômica. Assim os descreve o escritor:

Escravos marrons, soldados desertores, condenados fugitivos, canalhas fora da lei, suspeitos de tráfico, fugindo de rigores injustos ou legítimas severidades da civilização, siga em direção a esta terra sem dono, sua terra prometida, agrupam-se ao acaso de suas simpatias e ainda mais de suas necessidades, para resistir aos índios que não gostam muito deles, e prover em comum para as exigências da vida selvagem. (BOUSSENARD, 1886, p. 450).

Há personagens brasileiras, como o criminoso Diogo, descrito como um homem negro e que comandava com violência uma área do Contestado rica em minério e de exploração de seringueiras. Diogo é uma personagem das mais complexas da trama dessa estória. Em um trecho, Bousсенard descreve Diogo como alguém extremamente ambicioso, que é capaz de qualquer coisa para alcançar seus objetivos, mesmo que precise roubar, matar, trair, como ele faz ao longo da estória: “- Fé, a sorte está lançada!... Devemos agir o mais rápido, se Diogo, o banido, o pária, o rebelde, o negro... quer ser dom Diogo, o presidente da futura república amazônica” (BOUSSENARD, 1886, p. 444).

A ficção de Bousсенard é paradigmática, pois reúne todos os elementos que caracterizam o Imperialismo europeu em sua essência: os fatores políticos, quando defende o território Contestado como pertencente à França; o fator econômico, quando suas personagens estão em busca de ouro e outros produtos e matérias-primas e os aspectos culturais, quando defende as ideias racialistas e de superioridade do homem branco europeu. Bousсенard, ao comentar sobre a conhecida revolta da Cabanagem, ocorrida no Estado do Pará, imputa aos cabanos de origem indígena e afrodescendente, uma ferocidade que dizia não observar nos revoltosos brancos (BOUSSENARD, 1886, p. 594).

Ao descrever o físico e o psicológico da personagem Diogo, Bousсенard, em três páginas, expõe descritivamente as perspectivas das teorias pseudocientíficas sobre raça vigentes no período: aparência animalesca, feiura acentuada pela doença da varíola (que seria fatal para as pessoas negras, segundo o que se pensava na época), no que se refere ao caráter, é cruel por instinto, ganancioso, bruto, truculento e com tendências sempre a crimes (BOUSSENARD, 1886, p. 473). A temperatura elevada da “zona equinocial” é pontuada ao longo do romance quando ela seria um fator preponderante para aumentar a “selvageria” dos homens nativos, o que remete às questões da teoria do determinismo geográfico, em que o fator climático influenciaria no caráter e personalidade dos homens, aqueles nascidos ou que permanecem em climas tropicais, equatoriais ou mais ao sul do globo terrestre, hipóteses estas surgidas durante o Iluminismo, com as ideias do filósofo francês Barão de Montesquieu e

também do naturalista alemão Alexander Von Humboldt, para quem o clima quente moldava o espírito do nativo e o levava a ser mais propenso à preguiça, indolência, luxúria, poligamia, vícios diversos, violência, degeneração, perversões e predisposição à escravidão, razões que seriam a explicação da inferioridade dos povos colonizados. Essa interpretação determinista ainda estava atuando no século XIX com os trabalhos dos naturalistas ingleses Henry Bates e Alfred Wallace quando escreveram sobre a Amazônia (ALVES, 2008).

A obra *Os Caçadores de Borracha* do escritor francês Louis Bousсенard, é profundamente nacionalista, nas suas linhas e entrelinhas, é possível perceber sua explícita defesa da França como legítima detentora das terras entre o rio Araguayari e o rio Oiapoque, conforme o seguinte fragmento de um diálogo da referida obra:

Por outro lado, o estudo aprofundado que fiz do litígio, dos textos dos tratados e das notas diplomáticas trocadas durante mais de um século e meio, faz-me esperar que o rio Araguayari ou rio Vicent Pinçon, permanecerá francês (BOUSSENARD, 1886, p. 120).

O francês Bousсенard se revela patriota em seu romance. O patriotismo está no cerne da obra deste autor, frisado inclusive em inúmeras páginas de seu livro. Em momento histórico da formação das nacionalidades nas principais nações europeias, é singular que um autor de uma das consideradas grandes potências faça de seu romance literário um verdadeiro compêndio para uma tentativa de persuasão de cunho imperialista. A querela do Contestado Franco-brasileiro é central na obra que estamos esmiuçando e Bousсенard aponta que o debate para esclarecimento sobre o real nome dos rios que delimitam as fronteiras entre Guiana Francesa e Brasil não é simplesmente uma “curiosidade geográfica” mas sim uma importante questão para o patriotismo francês (BOUSSENARD, 1886, p. 461).

A aventura de Bousсенard é considerada pelo professor Michel Riaudel, em artigo publicado para a Biblioteca Nacional digital, como “bastante chauvinista”⁷ O chauvinismo é um termo associado às questões relacionadas ao patriotismo, quando este é exagerado e irracional, subestimando o direito de outros povos e nações. O historiador Norberto Bobbio em seu *Dicionário de Política* explica este conceito:

⁷ Vide: https://bndigital.bn.br/francebr/brasil_infanto_juvenil.htm

A palavra tem origem no nome do soldado Nicolas Chauvin, valoroso combatente das guerras napoleônicas, famoso por sua fidelidade ao Imperador, mesmo durante o período da Restauração, cuja figura é sempre mencionada como exemplo de fanatismo patriótico, através de caricaturas, canções e anedotas, especialmente após a representação da comédia *La cocarde tricolore, épisode de la guerre d'Alger* (1831), de autoria dos irmãos Gogniard. Esta comédia teve grande sucesso na França, especialmente durante o reinado de Luís Felipe, e o termo ganhou fama também em outros países para indicar toda a forma de extremo nacionalismo (BOBBIO, 1998, p. 163).

As razões que levaram Riaudel a adjetivar o romance de Boussenard de “chauvinista” residem no fato deste escritor dedicar metade de sua narrativa com arguições e alegações na defesa da área contestada como propriedade legítima da França. Como asseverou Sartre sobre Verne e Boussenard, a escrita destes autores se delonga em múltiplas páginas de descrições geográficas, a geografia, aliás, é primordial na sustentação da posse. Amiúde, Boussenard desvia do enredo e torna o romance um verdadeiro guia de história e geografia nacionalista. Os romances escritos com a temática estrangeira – de escritores estrangeiros sobre outras terras e povos – recebem diferentes denominações que caracterizam as singularidades do seu conteúdo, como as tipificações de “romance geográfico” ou “romance de mar”. Escritores geógrafos como Júlio Verne, com sua famosa obra *Viagens Extraordinárias*, que se tornou arquétipo do romance geográfico são representativos da literatura francesa da segunda metade do século XIX, cujos cenários eram retirados das narrativas de viagens de exploradores.

Alinhando a geografia à geopolítica, Boussenard demonstrava no percurso de suas histórias, não somente em *Os Caçadores de Borracha*, mas em outras obras encenadas na região das Guianas, as facetas nacionalistas, republicanas e colonialistas daqueles romances de aventura que viam os nativos das colônias de forma etnocêntrica. Combatente da guerra franco-prussiana, Boussenard criou estórias que tinham como alvo de seu chauvinismo os alemães, responsáveis pela derrota francesa e causa de seu cultivado revanchismo (*Os Franceses no Pólo Norte, de 1892*).

É possível verificar que a referida obra também trata-se de uma literatura de viagem, um gênero de fronteira, ou um gênero híbrido (CUNHA, 2012). No artigo de Jean-Yves Puyo – *La République fantasmée de Counani: une histoire digne d'un roman (géographique)*, diz-se que muitas passagens do referido livro de Boussenard existem plágios integrais do trabalho do geógrafo e viajante Henri Coudreau:

Em torno do caso Counani, encontramos de fato a maioria das principais categorias então constituindo a comunidade geográfica francesa, com geógrafos licenciados (como Élisée Reclus), exploradores (Henri Coudreau), jornalistas (Jules Gros) ou autores de romances geográficos (como Louis Bousсенard), todo esse mundinho convivendo em muitos círculos de afinidades. (PUYO, 2011, p. 120).

O romance geográfico alçou um patamar bem elevado de sucesso no campo editorial francês, no fim do século XIX, em concorrência acirrada com os ingleses, seus rivais. Bousсенard não foi o único literato de viés patriótico nas aventuras literárias em lugares exóticos (PUYO, 2021). Seu conterrâneo, Émile Carrey também delegou às suas narrativas matizes ufanistas, reclamando também, em suas histórias, uma parte de terra que hoje é brasileira.

2.3 Protagonistas e coadjuvantes: personagens e gentes na fronteira

Territórios limítrofes internacionais possuem a peculiaridade da convivência mútua de indivíduos plurais em aspectos étnicos e culturais, originando as “zonas de contatos”, terminologia que Mary Louise Pratt formulou para se referir aos espaços de interações sociais nos quais se consolidam intercâmbios entre sujeitos heterogêneos que permutam saberes locais com conhecimentos sistemáticos, são lugares onde o etnosaber (conhecimentos tradicionais dos povos nativos) se interrelaciona com outras formas de conhecimento, como a ocidental (PRATT, 1999). Os protagonistas de Bousсенard já aparecem no título da história, pois os tais “caçadores de borracha” são homens que, fugitivos de um presídio da Guiana Francesa, adentram o território contestado em busca de liberdade e riquezas, pois vislumbravam a potencialidade do local. Um francês, Monsieur Louche, prisioneiro deportado, e seus companheiros de penitenciária, entre outros como o surreal criminoso Diogo, que o autor transformou em paradigma da inferioridade racial, conforme sua visão racista. Porém, há outras personagens coadjuvantes que também representam como o europeu concebia os outros povos, como os grupos indígenas e afrodescendentes que faziam parte da miscelânea étnica que compunha aquela fronteira binacional.

Por toda a narrativa, que contém 1271 laudas, os sujeitos mestiços (que o autor denomina mulatos), os indígenas (selvagens ou peles vermelhas), os quilombolas negros (que Boussenard especifica nas etnias chamadas Boni e Boschs) e outros afrodescendentes continuamente são distinguidos como incivilizados, sem moral, sem caráter, muito ferozes, dados a instintos, astutos, mentirosos e tantos outros adjetivos pejorativos que lhes são atribuídos para os diferenciar dos brancos civilizados (a palavra “civilizado” é muito recorrente para se referir aos europeus e seus descendentes, bem como aos indígenas que não vivem mais de forma tradicional). Em um trecho onde indígenas entram em ação, a narrativa de Boussenard assevera:

Ele percebe a canoa dos assaltantes alinhados em semi-círculo, e montado pelos índios que bravamente abandonaram a borda no momento do ataque. Eles massacram impiedosamente os feridos e mutilaram atrozmente com a ferocidade impassível dos homens de sua raça. (BOUSSENARD, 1886, p. 981).

A doutrina do arianismo é desenvolvida com oposições das características intrínsecas às personagens, de acordo com sua “raça”, denotando ideologias reforçadas pelas ciências antropológicas e biológicas que se firmavam no período. Sempre associados aos símios, os afrodescendentes, despidos de sua humanidade, agem frequentemente de forma animalesca, brutal e sem piedade:

Os negros então o agarram com brutalidade, pegam um garrote e o amarram ao corpo de Hércules. Finalmente, um deles vai para o único braço que fica neste tronco mutilado um nó corredio, enquanto seu companheiro sobe na mangueira com a agilidade de um macaco, segurando entre os dentes a outra extremidade do cabo. (BOUSSENARD, 1886, p. 593).

Essas representações do imaginário europeu são práticas discursivas fixadas no âmago das ideologias etnocêntricas. Wallace Magalhães, citando Roger Chartier, para quem “as representações estão inseridas em um espaço de luta, em que um grupo busca impor a outros sua concepção de mundo, legitimando-se através de sua capacidade de ‘fazer crer’ (MAGALHÃES, 2016, p. 95). Representar o mundo colonial segundo a ótica euroimperialista, era imperativo às nações que se autoafirmassem superiores e, assim, Chartier explica que “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros:

produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados” (CHARTIER, 1990, p. 17).

2.4 Viagens ao centro da Amazônia: Expedições científicas de Henri Coudreau na fronteira franco-brasileira

O historiador e geógrafo Henri Anatole Coudreau, mais que um viajante em missão do governo francês pela Amazônia, dedicou-se plenamente à explorar novas terras e conviver entre os nativos que encontrava pelo caminho. Bousсенard o descreve como um “valente” e “intrépido explorador”, “brilhante professor”, com um “frutífero” trabalho na região contestada, e não por acaso este autor fez do viajante uma personagem real da sua ficção. Icônica figura da vida real devido à sua curiosa e excitante experiência como andarilho na divisa da Guiana e Brasil, Coudreau incorporou o protótipo do cientista desbravador, representante do Estado francês. No prefácio assinado por um E. T. Hamy, na obra de Coudreau denominada *Entre nossos índios: quatro anos na Guiana Francesa (1887-1891)*, esclarece o papel de Coudreau nessas missões:

Resgatar a velha questão do Território Contestado Franco-Brasileiro e tentar resolvê-lo para o maior benefício de nosso país; colocar à luz dos grandes interesses da França nestas imensas regiões a maravilhosa bacia amazônica; reagir contra a má reputação da Guiana Francesa, reputação fundada nas memórias de antigas tentativas de colonização mal conduzidas e desastrosas; demonstrar a possível aclimatação da raça branca através do cruzamento com raças nativas ou aclimatadas; finalmente, justificar com sua reputação de selvageria aqueles índios de quem ele é o apóstolo e com quem viveu por sete longos anos (que lhe parecem curtos) - tais são as múltiplas tarefas que Henri Coudreau impôs a si mesmo. Colocou ao serviço destas várias causas muita consciência científica, uma grande independência de espírito e uma forma literária que o público já apreciou. (COUDREAU, 1886, p. 22).

Entre Nossos Índios é o livro em forma de diário com os relatos de toda sua jornada pelo Platô das Guianas. Esta obra é complementada por ilustrações como a figura 4, que remete ao leitor a dimensão da proposta que este tipo de publicação objetivava, que era arrebatador e encantar através do texto e imagens, as façanhas de um audaz explorador em missão científica, em excursão pelas matas e rios amazônicos, auxiliados por nativos. E

exatamente com esse fito que um dos ilustradores dos livros tanto de Coudreau quanto os de Jules Crevaux, o francês Édouard Riou, também desenhou em técnica de litografia os famosos romances de Júlio Verne (DUPUY, 2009).

Figura 4 - “Passagem por galhos caídos”

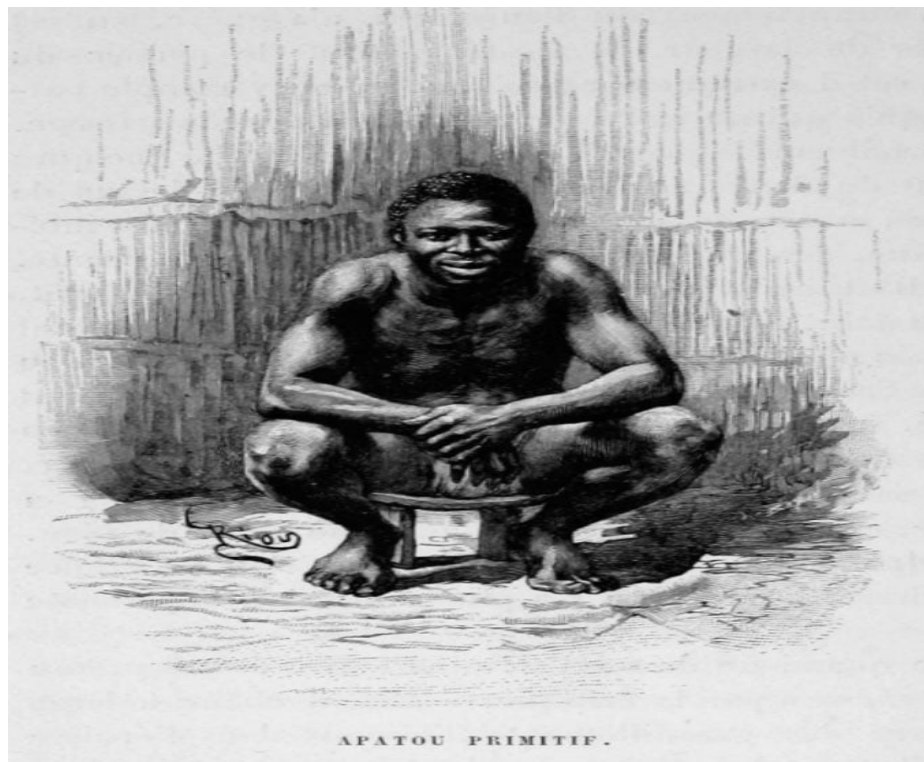


Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Française (1893, p. 120).

Como um verdadeiro *Robinson Crusóé* ou, como alcunhou Bousсенard suas personagens, *Robinson da Guiana*, Coudreau sempre esteve acompanhado por guias que eram imprescindíveis para as suas expedições de desbravamento rumo aos rios e florestas adentro, assim como a personagem fictícia de Crusóé tinha ao seu lado o nativo que apelidou de Sexta-Feira, o sucessor do lendário Jules Crevaux, herdou deste viajante o seu guia e fiel

companheiro chamado Apatou, um afrodescendente da etnia Boni⁸, também chamados *marrons* que são descendentes de escravizados fugidos que formaram comunidades no interior (DUARTE, 2016). Seria ele o responsável por realizar intermediações entre as populações indígenas e mostrar os itinerários a serem percorridos. A seguir, na figura 5, o ilustrador Riou, a partir de fotografias, desenhou Apatou.

Figura 5 – “Apatou primitivo”



Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Française (1893, p. 31).

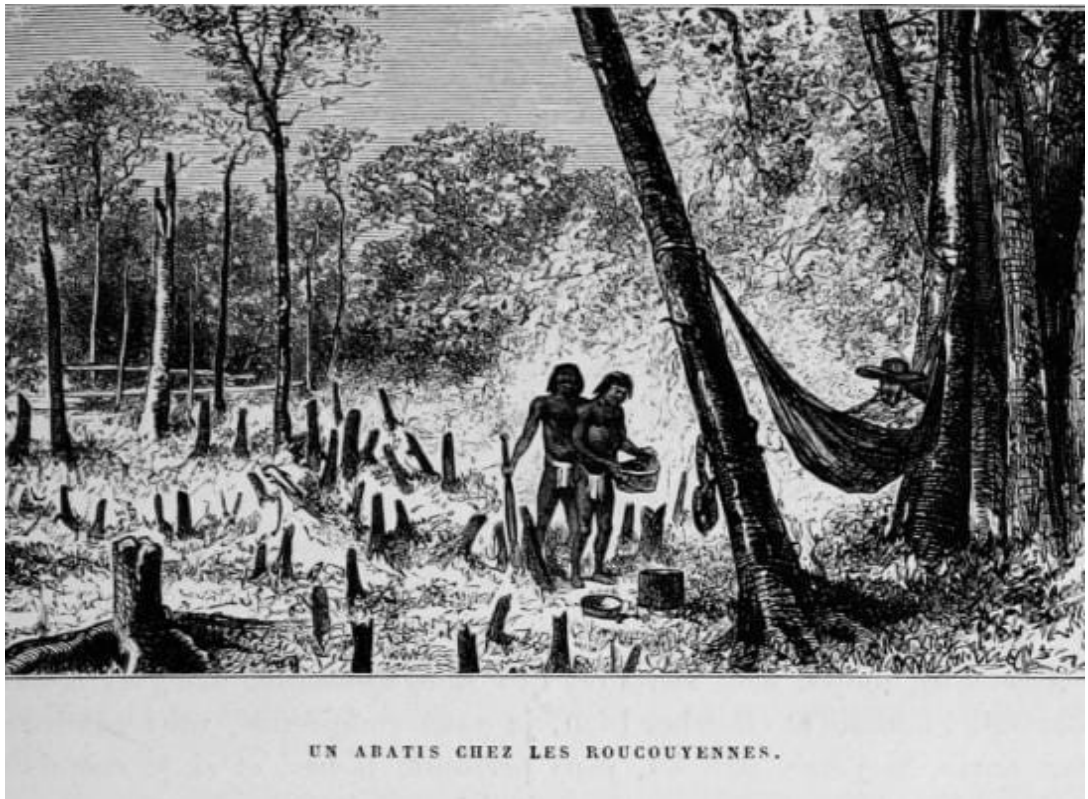
Em muitos trechos de meu relato, Coudreau distribui elogios à Apatou, denotando sempre a ambiguidade de seus posicionamentos sobre as populações afrodescendentes ou ameríndias, ora exaltando seus conhecimentos e inteligência, ora subestimando e detratando sua cultura, modo de vida e moralidade. Abaixo, Coudreau faz conjecturas e comparações sobre a índole dos bonis e os roucouyennes (etnia indígena):

⁸ Bousсенard mesmo explica quem eram as pessoas da etnia boni e bosch em *Os Caçadores de Borracha*: “Os negros Bosh e Bonis do alto rio Maroni são antigos escravos dos holandeses, livres há quase um século”.

Não serão os Bonis que aperfeiçoarão o senso moral dos Rou couyennes. Conhecemos o mercantilismo ganancioso e ciumento do negro, seus instintos estupidamente gananciosos que o fazem gastar dez vezes mais astúcia e dificilmente roubar um centavo do que seria necessário trabalhar para ganhar um franco: toda aquela mistura de preguiça, vaidade e infantilidade que caracteriza o primitivo africano - todas essas qualidades florescem em sua flor no Boni, um negro selvagem um tanto marcado pela civilização. quando dois Bonis se encontram em uma aldeia Roucouyenne, eles argumentam, com tamanha ganância pelos bens disponíveis, que conseguem pagar por eles três ou quatro vezes o preço normal. Eles logo saberão como se compensar com alguma boa patifaria. (COUDREAU, 1883, p. 175).

Desenhando mapas, estudando as bacias hidrográficas da região, prospectando áreas de minérios, exercitando sua verve naturalista com a fauna e flora, além de estudos considerados como proto antropológicos, etnográficos e linguísticos entre os povos autóctones, bem como inaugurando as futuras pesquisas de campo entre diversas aldeias dos povos originários, Coudreau atendeu aos propósitos da potência imperial e do racismo acoplado às ideologias e cientificismos (ROMANI, 2013). O geógrafo, ao estabelecer um convívio ao estilo das “zonas de contato”, demonstra seu lugar de observador e de como as representações de si e de outros emergiam na sua escrita. No que se refere ao papel dos afrodescendentes e indígenas, não se pode deixar de lado que foram eles que sustentavam as cargas das expedições de viajantes, sem estas pessoas, por exemplo Apatou, as viagens simplesmente não poderiam ser realizadas (LEITE, 1996). Inclusive, Apatou, chegou a ser homenageado com medalha de ouro pela Sociedade de Geografia de Paris, em reconhecimento às suas contribuições às expedições francesas (COUDREAU, 1893, p. 06). Mesmo nas imagens de litografias, a figura do viajante europeu sempre aparece naquela escala hierárquica racial eurocêntrica, onde Coudreau aparece deitado em uma rede e os indígenas lhe servindo com algo, como se pode inferir da figura 6.

Figura 6 – “uma roça dos roucouyennes”



Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Française (1893, p. 190).

Durval de Souza filho considera os discursos do expedicionário Coudreau como extremamente paradoxais pois, se por um lado seus escritos faziam crer que ele acreditava na existência do “bom selvagem”, tal como pensou Jean Jacques Rousseau, mas simultaneamente tinha a convicção de que a Amazônia era substancialmente promissora no progresso civilizacional que lhe estava destinado, em virtude de suas diversas riquezas a explorar o que, para Filho, poderia ser indício de uma fórmula de atrair ainda mais a atenção de seus leitores (FILHO, 2008).

De fato, Coudreau foi um dos atores principais, como visto anteriormente, na criação de uma República Independente no coração do território contestado, em uma vila chamada Cunani, hoje pertencente ao Estado do Amapá, tentativa essa fracassada de implantar um novo Estado em área disputada judicialmente, mas que sinalizou interesses econômicos não apenas dos franceses, como também de companhias inglesas de exploração mineral que

tentaram negociar com os criadores dessa República que acabou não saindo do papel de fato (ROMANI, 2013).

A realização das missões realizadas por Coudreau se entrelaçam aos últimos episódios da “novela” sobre os desígnios imperialistas da França em disputa com o Estado brasileiro que estava, também, interessado em garantir definitivamente a posse da área que considerava sua desde o século XVI. Outro livro publicado por Coudreau, em 1887, chamado “*A França Equinocial: viagem através das Guianas e da Amazônia*”, é a evidência mais explícita de como a França, representada na figura desse geógrafo, afirmava sua jurisdição nomeando o território como uma extensão do seu país na América.

A nomenclatura “França Equinocial” se refere ao projeto colonizador do Estado francês no extremo norte da América do Sul, haja vista que houve uma tentativa anterior (século XVI), de implantar uma colônia por franceses conhecida por “França Antártica”, na região do Brasil onde hoje se localiza o Estado do Rio de Janeiro pelo militar Nicolas Durand Villegagnon. O trecho a seguir, elucida de forma enfática e didática a perspectiva imperial francesa sobre suas colônias em âmbito global:

A Guiana Francesa, a antiga França equinocial, é, depois da Argélia, Madagascar e da África Ocidental, a maior de nossas possessões do exterior. Localizada na foz do rio Amazonas, no a parte mais central do Atlântico, encontra-se numa posição de estratégia comercial a que nenhuma outra se compara. Vazio de população, desfrutando (diga-se o que se diga) de um bom clima, já que na região imediatamente vizinha, incontestavelmente mais tórrida, a região brasileira, um grande império se instalou constituído onde vivem mais de quatro milhões de brancos de raça pura, A Guiana Francesa é a mais facilmente assimilada de todas os nossos grandes assentamentos. Agora, embora seja a mais antiga de nossas colônias, e talvez por ser a mais velha, ela se surpreende ao ser hoje mais completamente, desatualizada. (COUDREAU, 1887, p. 423).

Mais adiante deste texto, o autor faz uma reflexão sobre o tipo de colonização para área das Guianas, que seria bem diferenciada da que estava ocorrendo na Ásia, África e Oceania. Para Coudreau, o tipo “colônia de exploração” não caberia naquele contexto, sendo necessário a assimilação dos nativos e outros sujeitos da região à vida ocidental pois, acreditava este viajante, nos indígenas havia grande potencial para o desenvolvimento de uma nova e próspera civilização, partindo desta premissa seu engajamento na criação da República Independente do Cunani, cujos desdobramentos estão contidos no referido livro. De fato,

Coudreau contou com a ajuda de indígenas, mestiços e afrodescendentes, como o quilombola Trajano, que escolheu por livre arbítrio se aliar aos franceses naquele período e que seria também um dos protagonistas da história do contestado franco-brasileiro que culminaria no capítulo chamado Massacre do Amapá, momento no qual surge outra personagem importante, o brasileiro Francisco Xavier da Veiga Cabral, o “Cabralzinho”.

2.5 Bang bang internacional: Corrida pelo ouro e embate armado entre nações

Retomando as questões de como se operam as identidades nacionais, assunto dos mais presentes naquele fim do século XIX, tanto a Europa quanto outras sociedades ocidentais, como a neófito república brasileira, estavam de forma contundente forjando sua comunidade imaginária. A historiadora Francinete Cardoso visualizou nas relações existentes na região do território contestado, uma multiplicidade de sujeitos que não se identificavam totalmente como de nacionalidade francesa ou como brasileiros, mas estreitavam laços sociais de acordo com as suas conveniências, como por exemplo, os indígenas geralmente preferiam firmar parcerias com os franceses devido aos séculos de violência que recebiam dos portugueses e depois dos próprios brasileiros (CARDOSO, 2008). Portanto, o caráter instável identitário das populações dessa fronteira, começou a ser repensada a partir do momento em que se descobriu forte potencial aurífero nessa área, que ainda estava indefinida através de um acordo de neutralização, onde não pertencia ainda oficialmente a nenhum dos dois pretendentes.

Havia, assim, a urgente necessidade de se garantir terminantemente a quem pertencia esta área geográfica, pois os interesses econômicos estavam em uma grande escalada. A França saiu primeiro na largada, reivindicando o cumprimento dos tratados e acordos anteriores firmados com o Brasil, além de contar, a priori, com a simpatia da população local pelas vantagens oferecidas na Guiana Francesa no concerne à sua subsistência promovida por este lado francês.

A partir de 1894, tanto brasileiros quanto franceses começaram a se deslocar para a região entre os rios Calçoene e Cunani, onde foi descoberto ouro, situação que promoveu um

êxodo de pessoas de várias localidades e nacionalidades para a então vila de Calçoene (CARDOSO, 2008). Abaixo, uma passagem do diário de Henri Coudreau em *A França Equinocial*:

[...]. Em vários lugares, eles atingem três metros de altura, índice de ouro, me diz meu companheiro, um lugar a quem os parapeitos de Tartarugalzinho lembram os de Sinamary. Os americanos já inspecionaram Tartarugalzinho onde encontraram belos aluviões; mas não exploraram por falta de segurança, de governo. (COUDREAU, 1887, p. 49).

Tartarugalzinho é uma localidade próxima à região de Calçoene, portanto, também no território contestado, um dos lugares onde as ações de prospeção para descoberta de jazidas ocorria por parte de vários atores, incluindo multinacionais de origem inglesa e também americana. O cenário estava todo voltado para intenções burguesas de exploração comercial, inclusive de petróleo, como frisa Coudreau poucas linhas após descrever a descoberta aurífera acima. Nessa conjuntura, surgem então as personagens de Trajano Benitez e Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), antagonistas que representavam os interesses bilaterais entre França e Brasil.

Essas duas personagens da vida real, juntamente com Coudreau, são paradigmas dos sujeitos históricos que constituíam aquele momento e lugar específico. Trajano era um homem escravizado nascido no Pará que, junto com outras pessoas na mesma situação e em busca de sua liberdade, realizou sua própria diáspora, transpondo fronteiras. Ao estabelecer relações com os franceses e criando sua própria comunidade mocambeira⁹ na vila do Cunani, Trajano representava toda a complexidade de vivências e identidades desses sujeitos. Por seu turno, Cabralzinho, paraense que foi descrito pela imprensa local como um "grande ativista político", membro do Partido Democrata Republicano em Belém, e famoso por seus arroubos nacionalistas, mudou-se para o território Contestado a partir de 1894 com claras intenções no garimpo de ouro, formando um governo em triunvirato na vila do Amapá (CARDOSO, 2008).

⁹ Mocambos ou quilombos referem-se a espaços coletivos de resistência, onde a população afrodescendente escravizada, mestiços, indígenas ou mesmo pessoas brancas se abrigavam e formavam um tipo de sociedade que, para os Estados, eram considerados ilegais. Eram comunidades que existiam clandestinamente.

Entretanto, a visão que os franceses tinham de Cabralzinho era a de um político profissional aos moldes dos caudilhos sulamericanos, atizando ainda mais a rivalidade entre brasileiros e guianenses ou franceses na exploração do ouro, que já estava ocorrendo a todo vapor. Cabralzinho e companhia não mediam esforços para expulsar ou deter a presença de sujeitos vinculados à França ou suas colônias. Foi ele que determinou a prisão de Trajano por causa de sua aliança com os franceses e, inclusive, por hastear em sua residência bandeira na nação estrangeira, fato considerado uma afronta aos brasileiros, sendo Trajano visto como um "traidor da pátria". Nesse contexto, Trajano, que recebera a patente de Capitão pelo lado francês, nesta situação de prisioneiro e, como os franceses também precisavam recuperar seu protagonismo na exploração mineral no Contestado, resolveu o governo da Capital guianense enviar tropas militares para a vila Amapá na tentativa de cobrar as convenções firmadas com o governo brasileiro diplomaticamente ou, se preciso, entrar em embate armado, sendo este último, o que de fato ocorreu em maio de 1895 (ROMANI, 2013).

O fatídico capítulo chamado "Massacre do Amapá", em que um capitão francês, aportando em um navio com seus soldados, sorrateiramente, na vila do Amapá, em que encontrou resistência por parte de Cabralzinho e a população local, acabou em muitas mortes, tanto de civis brasileiros quanto de soldados e do próprio capitão estrangeiro. Cabralzinho saiu ileso e, segundo testemunhas, tanto do lado francês quanto de outros brasileiros, teria fugido para área de mata da região para se abrigar, deixando o povoado à mercê dos militares franceses. Ocorre que Cabralzinho informou outra versão dos fatos em que consta como um verdadeiro herói da nação, defendendo bravamente o território contestado do ataque franco sobre seu domínio.

Cabralzinho, pela perspectiva francesa, atuava como uma espécie de miliciano, um xerife do garimpo que se instalara naquelas imediações do Contestado. No lugar, ele e seus companheiros de triunvirato atuavam como legisladores, grupos paramilitares, governantes, tudo com anuência do governo do Pará, pois ele representava os interesses da elite burguesa da capital do Estado, de onde ele era oriundo, inclusive, jornais da época como o *Província do Pará* exultaram a atuação de Cabral no conflito armado com franceses no Amapá, além deste periódico ridicularizar a figura de Trajano, que acabou se tornando prisioneiro dos brasileiros e sendo tratado como vilão do ocorrido, pois este homem foi uma das causas da invasão dos franceses na vila comandada por Cabral (ROMANI, 2013).

Contudo, esta grande crise diplomática não se transformou em uma guerra propriamente dita, embora tenha acirrado os ânimos em grandes proporções, levando as duas nações a pensarem em uma impreterível solução o mais diplomática possível, para que não se repetissem outros fatos similares, posto que a garimpagem do ouro fomentava a cobiça dos variados sujeitos que lá estavam presentes. Referente à construção das imagens de Cabral e Trajano, a pesquisadora Francinete Cardoso infere que:

O encontro entre Trajano e Cabral representa, de certa maneira, o contato dos antigos e novos sujeitos históricos do Contestado. Enquanto que para Trajano o Contestado tinha sido, de início, um território de liberdade, onde podia viver num mocambo e, algum tempo depois, ser o chefe da vila, para Cabral, o Contestado representou a busca de riqueza aurífera, depois facilitada por sua posição de chefe político, primeiramente do Amapá e, mais tarde, de todo o Contestado (CARDOSO, 2008, p. 73).

Trajano, conforme discorre o professor Carlo Romani, baseado nas muitas fontes que consultou sobre o Contestado, embora fosse um homem negro, era “reconhecido e respeitado até por um explorador do porte de Henri Coudreau”, realidade que provavelmente incomodou aqueles moradores da vila do Amapá, como o próprio Cabralzinho, que não tinham origem em pessoas escravizada e, assim, Trajano passou a ser tratado sempre com desdém, pois um homem negro não poderia almejar a posição que ele alcançou, tanto em nível de poder que tinha na vila do Cunani quanto perante as autoridades francesas. Diz Romani que Trajano não era nem francês, nem brasileiro, mas sim de lugar nenhum, em virtude de nenhuma pátria ter lhe reconhecido de fato como um cidadão, muito menos a pátria na qual nasceu (o Brasil) pois esta nunca lhe quis livre e, assim, pode-se presumir o porquê de sua opção pelo lado francês, inclusive por ter participado com Coudreau, da implantação de uma República independente dos dois países. Coudreau apresenta em palavras em seu diário de viagem, a consideração por Trajano:

No próximo dia 30, chega Trajane Benito, o primeiro capitão finalmente em Counani após 22 dias de viagem. Ele luta com Ray-”mond da Macedônia pela bondade e generosidade para com meu respeito, reivindica a honra de ser o primeiro a assinar a petição de Raymond e vai procurar em sua roça do alto do rio os últimos 10 chefes de família que foram impedidos, até então, de assinar o documento do capitão (COUDREAU, 1887, p. 18).

Embora apresentem perfis diferenciados, Trajano e Cabralzinho não se submetiam ou se sujeitavam por completo às autoridades oficiais aos quais estavam aliados. Mesmo que servissem aos objetivos e interesses do império francês e da recente República brasileira, respectivamente, ambos forjaram sociabilidades e territorialidades específicas em meio aos propósitos díspares daqueles que eventualmente representavam. Os dois, à sua maneira (Trajano com a República do Cunani e Cabral com uma gestão em triunvirato), redefiniam os espaços geopolíticos em que atuavam, devido ao fato de que a ingerência governamental do Brasil e da França possibilitava tais formatos de vivências. Destarte, retomando o trabalho de Étienne Balibar, quando trata da forma nação e de como se "produz um povo", acentua que:

Não é possível nos contentar em responder à questão da produção histórica do povo (ou da individualidade nacional) pela descrição das conquistas, dos deslocamentos de população e das práticas administrativas da "territorialização". Os indivíduos destinados a se perceber como membros de uma única nação são reunidos a partir do exterior, de origens geográficas múltiplas, como as nações de imigração (França, Estados Unidos), ou então levados a se reconhecer mutuamente no interior de uma fronteira histórica que os continha. O povo é constituído a partir de diversas populações submetidas a uma lei comum (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p.138.).

Se impôs, então, o desafio para o Estado brasileiro e o francês foi arregimentar argumentos e provas de que o dito território Contestado se configurava como uma geografia espacial e humana onde de fato havia jurisdição. Simplificadamente, coube a cada diplomata dos países litigantes provar no Tribunal Internacional em 1900, que aquele povo que formava as comunidades estabelecidas na fronteira, eram seus respectivos cidadãos e que estavam sob seu domínio. Balibar entende que muito mais que unificar um coletivo através da simples inculcação de valores políticos, é muito mais elementar e eficaz utilizar uma forma ideológica para fixar afetos do amor e do ódio e de representação de si, porém, qual seria essa forma? Ele responde que, de acordo com as circunstâncias, seriam o patriotismo e o nacionalismo, que foram, exatamente, os sentimentos suscitados naqueles dois indivíduos quando se engajaram nos movimentos políticos a que aderiram. Tanto a ficção quanto a realidade, exemplificam o caráter dúbio dos sujeitos que, em um momento se proclamam patriotas, por outro, tentam erguer novas formas de existências.

CAPÍTULO III

CONTANDO NOVAS HISTÓRIAS – NARRATIVAS DECOLONIAIS E DE RESISTÊNCIA

É certo que a humanidade fez tão bem em começar a se civilizar? A vida civilizada tem muitos lados artificiais e falsos: muitas necessidades, muitas dores para satisfazê-los, vaidade de sua satisfação, raiva e aflição para aqueles que falham. Ou não poderíamos ter sido civilizados de outra forma? Quem sabe se desde a Idade da Pedra a humanidade não anda em uma falsa estrada? (COUDREAU, 1893, p.261).

3.1 As linguagens da resistência

No decurso do século XX, a famosa “era dos extremos” como definiu Eric Hobsbawm esse agitado período, floresceram inúmeras frentes de resistências aos paradigmas eurocentrados, e que foi palco de embates mais efetivos, como as descolonizações e produções epistêmicas ou culturais que antes eram negadas ou vetadas aos povos oprimidos pelo domínio colonialista. Muitas vozes começaram a ecoar e a serem ouvidas, ditas pelos sujeitos subalternos¹⁰. Uma virada histórica espalhava-se no seio dos grandes eventos que abalaram o mundo na primeira metade dos anos 1900 e que começou a reorganizar ou mesmo dismantelar as estruturas erguidas pelo pensamento ocidental dominante que pareciam sólidos mas que, no entanto, começaram a ruir, como o velho modelo colonial implantado no século anterior. Uma nova era de ruptura com os desígnios fincados pela dita civilização nasce nas consciências dos sujeitos subordinados. Surgiram então as narrativas daqueles que sofreram o processo imperialista, vozes dissonantes da visão monopolista da Europa.

É possível considerar que na vanguarda desta tomada de consciência das vozes subalternas está, justamente, um escritor originário da Guiana Francesa, o premiado René Maran (1887-1960). Com uma biografia instigante, pois contém elementos muito ilustrativos dos sujeitos que viriam a representar todo o arsenal que rechaçaria a colonialidade atuante no

¹⁰ A teórica literária indiana Gayatri Spivak cunhou o termo “subalterno” para se referir aos excluídos das esferas de poder e que fazem parte das camadas mais baixas das sociedades, principalmente aqueles indivíduos oriundos de nações que foram colonizadas.

que hoje se denomina *sul global*¹¹. René Maran era filho de guianenses e nasceu em um barco à caminho das Antilhas, vindo a crescer lá e, posteriormente, estudado em Bordeaux na França. Privilegiado, Maran se formou em Direito e trabalhou como administrador colonial no que hoje é a República Centro-Africana, cargo do Ministério das Colônias francês. Este histórico de vida foi o que lhe proporcionou um amplo repertório para sua carreira literária, além de um talento nato que o consagrou como o primeiro escritor negro e de origem colonial a receber um prêmio literário cobiçado e de grande magnitude como o *Prix Goncourt* da França (GRACE; SILVA-REIS, 2021).

Na estória do livro premiado em 1921 com o *Prix Goncourt*, a obra-prima *Batouala: verdadeiro romance negro*, Maran costura uma trama em que destaca a identidade negra de suas personagens, a ambientação e enredo baseados na sua vivência no país africano, em uma narrativa que:

Além dessas peculiaridades, é também bastante notável o fato de a obra colocar em cena toda uma atmosfera colonial, expondo não somente os procedimentos do sistema exploratório, mas desestabilizando alguns dos alicerces ideológicos que justificavam a colonização. (GRACE; SILVA-REIS, 2021, p.303).

A literatura de René Maran, situando-se na segunda década do século 20, foi excepcional em sua importância como exemplar de um discurso e uma estética, cuja presença ainda era rara e de pouco alcance para um público mais amplo e acostumado apenas aos modelos literários europeus. Excepcionalmente audaciosa e insólita, a literatura de Maran trouxe à tona o ângulo que não existia ou era marginal no mundo Ocidental. O artigo de Grace e Silva-Reis focaliza a coragem e inovação na obra maraniana que, apesar de sua relevância, principalmente por se tratar de uma literatura produzida por um autor originário de uma região tão próxima geograficamente e similar ao Brasil, ainda não obteve um reconhecimento devido e *Batouala* injustamente até agora não foi traduzida para o português. *Batouala* é um romance que ousou contestar os autoproclamados objetivos benévolos civilizatórios dos europeus em suas colônias (GRACE; SILVA-REIS, 2021). Maran, naquele contexto, atreveu-

11 O conceito de *sul global* abarca uma ideia que vai além da noção geográfica, referindo-se aos países com histórico colonial, pobres ou em desenvolvimento, em oposição ao *norte global*, industrializado/desenvolvido. CAIXETA, Marina Bolfarine. *Desafios atuais para a cooperação sul-sul: as desigualdades e o sul global*. Revista Monções, Dourados, MS, V.10, Nº20, jul. / dez. 2021

se em denunciar, na sua obra, o sistema colonial na África Equatorial, além de utilizar dialetos africanos com a língua francesa, uma audácia para a tradicional sociedade francesa! Era algo impensável à época e, por abrir esse caminho que praticamente nunca tinha sido trilhado por ninguém, nenhuma pessoa gerada no seio de um território dominado e explorado, até então tinha obtido a proeza de inaugurar essa possibilidade. Finalmente, um subalterno tomou a decisão de falar a respeito de algo que não se falava, deixando a passividade e exclusão ao passado.

No Brasil, é possível encontrar uma escrita correlata à essa tendência, a esse novo prisma que emergia, quase que no mesmo período das obras maranianas, estreando uma nova fase no Brasil dessa literatura de identidade nativa, a partir de relatos autobiográficos e militantes, que se consolidariam a partir do movimento *Negritude*, que será refletido ainda aqui neste texto. Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) é considerado o autor brasileiro que primordialmente pessoal sua condição de homem mestiço, de origem pobre e que buscou a partir de suas vivências, traduzir esse seu lugar social e racial para falar a partir dele. Lima Barreto, nascido na cidade do Rio de Janeiro, afrodescendente, com uma trajetória de vida que personifica a essência da subalternidade. A notável biografia intitulada *Lima Barreto – Triste visionário*, da historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz realiza uma investigação minuciosa da vida e obra deste escritor brasileiro. Com uma infância modesta e contemporâneo ao turbilhão das mudanças rápidas que o século XX trouxe, em especial na capital em que vivia, Lima Barreto brilhantemente conseguiu transpor para sua literatura a realidade e percepção do mundo em que estava inserido.

Lima Barreto foi um autor que realizou em sua composição literária o que a escritora e doutora em literatura comparada Conceição Evaristo conceituou como *escrevivência*, que tem como objetivo não somente conjugar as palavras “escrever” e “vivência”, mas principalmente refletir sobre a escrita em contexto que leva em consideração as experiências étnicas e de gênero, figurando assim como uma ideia que não se limita apenas a escrita em si e no sujeito que a realiza, mas traz consigo as vivências da coletividade (EVARISTO, 2020). Evaristo argumenta a partir das vivências e condição das mulheres negras, mas que ajuda a pensar uma obra como a de Barreto. A vida de Lima Barreto foi marcada por objetivos não alcançados e problemas que, paradoxalmente influíram de maneira contundente a sua escrita, como por exemplo, ao tentar uma formação como engenheiro civil na faculdade chamada

Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, enfrentou adversidades tanto econômicas, que obstaculizaram sua vida acadêmica, quanto questões de discriminação e preconceito racial entre colegas que eram provindos de famílias bastardas e predominantemente brancas, sendo ele o único afrodescendente daquele meio social. Estes fatores o impediram de concluir o tão sonhado curso que o ajudaria a galgar patamares sociais mais elevados.

Lima Barreto, aponta a historiadora Lilia Schwarcz, é um autor cuja obra não pode deixar de ser mencionada quando se fala sobre a Primeira República brasileira, pois se encontra em seus escritos o que era o Rio de Janeiro e o Brasil. Um livro de Barreto, embora inacabado, posto que o autor morreu antes de concluí-lo, mas de grande valor simbólico de sua vida e obra é *Cemitério dos Vivos*, escrito no período entre 1919 e 1920. Fruto de sua experiência de internato em um hospício, devido à sua dependência ao alcoolismo, e este era o tipo de tratamento dado às pessoas alcoólatras à época. A partir de um diário que escreveu em uma de suas internações neste hospício, Barreto iniciou *O Cemitério dos Vivos*, a fim de transformar sua estada lá em um romance.

Livros como *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *O homem que sabia javanês*, dentre outros escritos de Lima Barreto, figuram como obras fundamentais da literatura brasileira. No entanto, *O Cemitério dos Vivos* torna icônico das condições e vivências dos homens negros na sociedade brasileira. Os manicômios eram lugares em que as problemáticas sociais e raciais também se faziam presentes. Havia nestes lugares as chamadas “seções”, divididas entre os que podiam pagar um tratamento melhor e as seções dos indigentes, geralmente muito precárias e onde, em sua maioria, estavam confinadas as pessoas pretas ou pardas. A seguir, um trecho de *O Cemitério dos Vivos*:

Na Seção Pinel, num pátio que ficavam os mais insuportáveis, dez por cento deles andava nu ou seminu. Esse pátio é a coisa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento (BARRETO, 1993, p.27).

Os manicômios, instituições que no Brasil ainda existiam até finais do século XX, podem ser considerados lugares em que conceitos como o de biopoder - que será tratado aqui mais adiante – se materializam por configurarem como formas de controle de corpos, os de sujeitos indesejados, além do fator racial, mas também social relativo à pobreza, doença e criminalização, ou seja, esse tipo de instituição manicomial servia aos propósitos do Estado de

funcionar como depósito de excluídos do meio social. De fato, no Brasil deste período, havia uma política de Estado de “higienização urbana”, de transformar as capitais como o Rio de Janeiro em metrópoles modernas e organizadas, o que ocorreu através da conhecida Reforma Pereira Passos, que na realidade tinham a intenção de afastar a população pobre das áreas centrais para a periferia, para os morros, para as baixadas. Atualmente, muita coisa mudou para continuar igual. O saneamento básico é insipiente nas regiões periféricas, continuando o ciclo de exclusão das pessoas pretas e pobres.

Importante frisar que o conjunto da obra de Barreto situa-se lado a lado com as iniciativas dos autores que fundariam o movimento literário da *Negritude* e o que faria Frantz Fanon e toda uma linhagem de autores decoloniais depois deles. Schwarcz discorre sobre a forma ativista de Barreto se comportar:

O escritor batalhou, em primeiro lugar, por sua geração, que chamou de “novos”. Para isso, criou locais alternativos de afirmação para si e para os colegas; inventou oportunidades expressas em jornais e associações, e se opôs, sempre que pôde, aos literatos mais estabelecidos nas instituições prestigiosas de seu momento. Em segundo lugar, ele escreveu a partir de sua região em especial. Foi assim que procurou atrair a atenção para os subúrbios cariocas, seus personagens, seu cotidiano. (SCHWARCZ, 2017, p.12).

Além do mais, a temática da escravidão também fez presença em seus textos, e não se pode esquecer que a escravidão igualmente esteve nas linhas de outros autores negros brasileiros, não distantes da época de Lima Barreto como Cruz e Sousa e Luís Gama que, apesar de gêneros e estilos literários distintos, realizaram uma literatura de matriz afrodescendente, como observa a professora Schwarcz.

3.2 Uma resistência originária

As ideias antagônicas que permeavam o imaginário europeu sobre o Novo Mundo e as suas populações que, em um momento era um paraíso com pessoas belas e puras, em outro era um inferno verde com selvagens repugnantes, coexistiram em todos os tipos de registros relativos às “descobertas” ultramarinas. Quando as vozes dos colonizados foram silenciadas, mesmo tentando falar deles ou por eles, a voz europeia dominante deixou fragmentos do que

eram (ou supunha ser) as populações nativas ou que foram escravizadas, e esses resquícios, mesmo representando essas alteridades de forma conspurcada e impregnada de etnocentrismo, é vital salientar que o narrador (romancista, viajante, missionário, geógrafo, etc.) “inventa o outro e constrói o seu eu” (CUNHA, 2009). É possível até mesmo decodificar as formas de resistência dos autóctones através das caracterizações de cunho moral ou de personalidade, realizadas pelos relatores europeus.

A falácia da passividade, servilismo e conformismo atribuídos aos indígenas não se sustenta mais a partir de inúmeros estudos e, entre eles, um dos mais intrigantes é o de Héctor Hernan Bruit. Este historiador defende que as populações ameríndias, em específico as de sua pesquisa - da América Hispânica - desenvolveram artifícios invisíveis, velados ou sub-reptícios de resistência que interferiram no desenvolvimento do projeto colonial europeu. Os nativos criaram formas outras de opor-se, suportar ou se defender de todo tipo de subjugação e exploração a que foram sujeitos. Sem esses dispositivos de autoproteção, para Bruit, a dizimação dos indígenas poderia ter sido muito mais completa do que de fato foi. Héctor Bruit conceituou de “simulação dos vencidos” a maneira oculta dos autóctones lidarem com seus exploradores sem que fosse percebido. Ora, nos primeiros escritos de Coudreau sobre os indígenas, como nos relatos de *A França Equinocial*, este viajante tinha uma visão muito mais negativa e estigmatizada sobre os nativos do que suas obras posteriores. Inicialmente, Coudreau os julgava dessa forma:

Esta população, apática, indiferente, resignada, não faz nenhum esforço para melhorar sua situação. Os tapuios de Amapá, menos ativos que os mulatos de Cunani, sem dúvida retornariam à vida indígena primitiva sem o contato e a ação da pequena população europeia ou branca de comerciantes que convivem com eles. Sem muitas qualidades, dificilmente apresentam falhas salientes, exceto por uma inclinação pronunciada para a ironia. Eles são caloteiros, preguiçosos, inclinados à um silêncio sem escrúpulos sobre alimentos e artigos de toalete, mas não são ladrões no sentido civilizado da palavra (COUDREAU, 1887, p. 4-5).

Para os europeus, os nativos eram ainda criaturas mentirosas, dadas à bebedeira e à indolência, adjetivos muito correntes em todos os escritos europeus. Como se sabe, as qualidades não eram sempre omitidas, certas habilidades e conhecimentos eram exaltados pelos homens brancos, mas não era regra e tampouco era o principal a ser descrito sobre os indígenas. Todavia, estes povos utilizavam como tática justamente aqueles atributos

depreciativos ou o silêncio que, no final, os ajudava a conter ou obstaculizar as imposições dos conquistadores europeus. Bruit pontua que a forma de agir e se comportar dos nativos eram as suas armas, a sua resistência não-militar que possibilitou a sua sobrevivência física e cultural até o presente momento. Observa Bruit:

Ora, o silêncio como oposto à linguagem formal da consciência é a via de expressão do inconsciente, lugar onde se refugiou o desastre da conquista na forma de um trauma doloroso demais que os obrigou a esconder o que tinham sido e os levou a ser o que nunca foram, isto é, mentirosos, bêbados, ladrões etc. Era uma forma de evadir-se de um mundo que já não tinha sentido (BRUIT, 1995, p. 9).

Denominando de simulação os mecanismos que encobriam a não submissão e defesa contra a crueldade e sujeição, Bruit também constatou, a partir dos escritos do frade dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas, que os indígenas utilizavam de argúcia para confundir ou ludibriar os espanhóis, no século XVI, e assim, tentar sobreviver nas zonas de contato a que eram obrigados a compartilhar. A própria lenda do El Dorado, cidade que supostamente seria rica em ouro, teria surgido pela observação dos ameríndios da cobiça dos exploradores e, dessa forma, mantê-los ocupados ou como trunfo para conseguir benefícios ou regalias no contexto de dominação.

Outra alternativa incrementada pelas populações originárias eram as alianças que estabeleciam com os diferentes europeus com quem contactavam. Na fronteira do Contestado franco-brasileiro, por muitos séculos, nativos escolhiam se aliar à portugueses, franceses ou ingleses. Diferentes etnias optavam por formar pactos políticos e comércio com quem mais lhes ofereciam vantagens. Voltando aos estudos da professora Francinete Cardoso, é ressaltado que alguns grupos indígenas eram considerados amigos dos franceses e, desta forma, tornavam-se inimigos dos portugueses/brasileiros. As nações indígenas que não se submetiam à vassalagem dos colonizadores eram considerados bárbaros e mereciam perseguição e até mesmo extermínio (CARDOSO, 2008).

No entanto, a forma de abordagem francesa, no então território em litígio, era muito mais complacente e estratégico. Não à toa, as missões francesas conseguiram um relativo sucesso na relação entre exploradores e as mais variadas etnias indígenas com suas particularidades sócio culturais e, dessa maneira, conseguiram coletar todos os dados para seus estudos etnográficos, linguísticos, botânicos, geográficos, de mineração, etc., que

compunham sua esfera de interesse imperial. No que pese estes levantamentos sobre todo o território e sociedades ameríndios servirem às intenções e propósitos de dominação colonial, é através deles que possível acessar informações valiosas para a história e outras ciências humanas ou sociais sem, no entanto, deixar de tomar alguns cuidados ao se empregar este tipo de fonte, dúbia mas ao mesmo tempo com muitas potencialidades. O geógrafo Henri Coudreau foi um exímio pesquisador das inúmeras sociedades indígenas inseridas na Amazônia franco-brasileira. Ele catalogou a cultura das muitas nações autóctones, investigando as suas estruturas sociais, história, tradições como por exemplo, rituais como a dança do Toulé, como mostra a figura 7, que faz parte da cultura tradicional da etnia Roucouyenne (atualmente denominada Wayana).

Figura 7 – “Roucouyenne dançando o toulé”



Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Française (1893, p. 177).

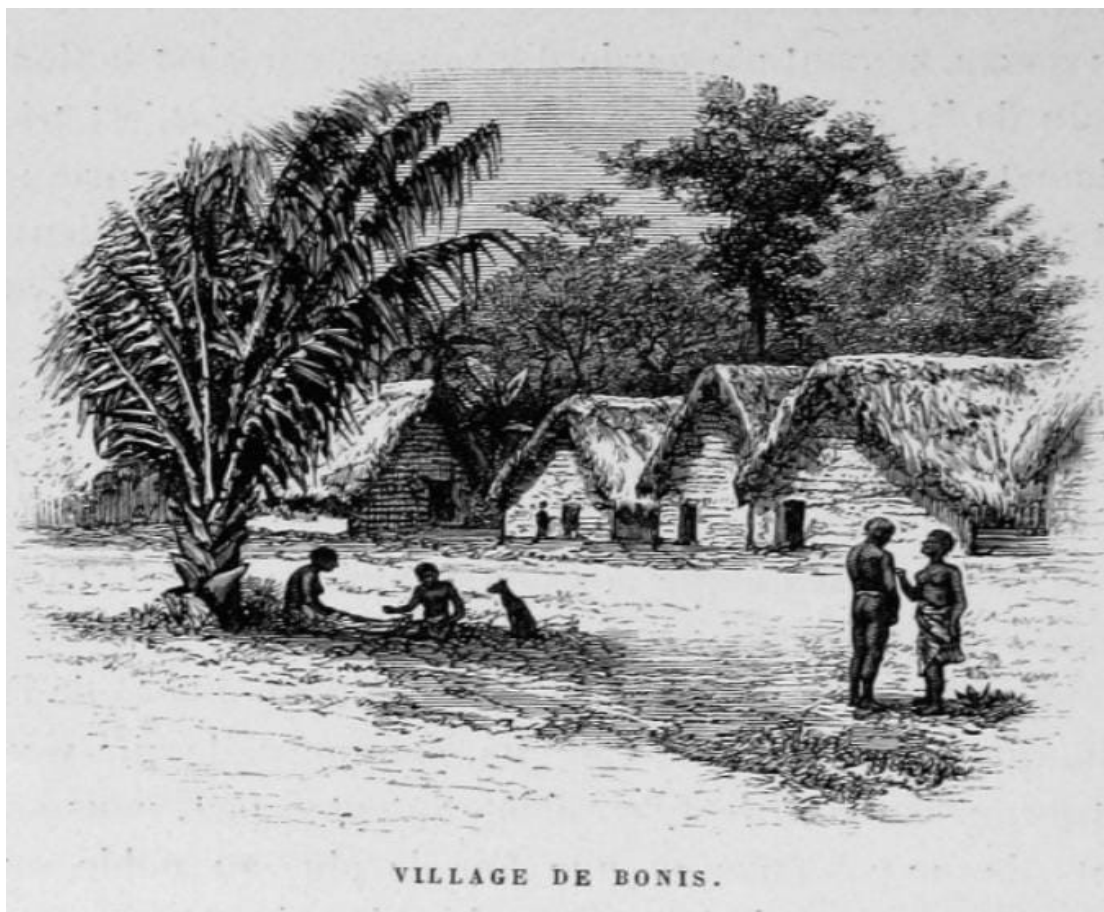
Dividindo o mesmo espaço físico, as múltiplas etnias que compunham o quadro de sujeitos históricos da fronteira franco-brasileira, protagonizaram um fenômeno linguístico singular que, em um ambiente em que diversas línguas conviviam mutuamente, surge o *pidgin*, termo que indica uma forma de linguagem que nasceu em situações de contacto entre falantes de línguas maternas diferentes, no caso a línguas chamadas patoá e crioulo, muito utilizadas nas guianas e Brasil. Os pidgins aparecem em contextos em que há a necessidade de intercâmbio entre falantes de línguas diversas para comunicação de urgência como trocas comerciais ou relações de trabalho (HLIBOWICKA-WEGLARZ, 2016). O crioulo e o patoá são derivados da língua francesa, mesclado com línguas indígenas e/ ou africanas. Louis Bousсенard cita e explica sobre essa variante em seu romance: “Os recém-chegados não entendem o português, nem mesmo a língua geral, esse patoá comum aos índios do baixo Amazonas, como o sabir aos moradores do Mediterrâneo” (BOUSSENARD, 1886, p. 88).

Em contrapartida, em seus relatos, Coudreau indica mais detalhes sobre esses pidgins da fronteira, em que há o patoá falado pelo grupo boni e o crioulo de Cayena, capital da Guiana Francesa (COUDREAU, 1895, p. 12). É importante frisar que crioulo é como eram conhecidos os afrodescendentes pelos franceses. Ademais, essa multiplicidade linguística é também sintomática das formas como se conduziram as inter-relações entre os diversos atores que formavam aquela sociedade específica, criando e elaborando estratégias de sobrevivência e convivência mesmo com tantas diferenças sócio culturais, resignificando o ambiente de forma intuitiva e espontânea.

Ao analisar a existência de organizações como os mucambos, territórios onde se refugiavam os sujeitos escravizados ou seus descendentes e também indígenas, é possível considerá-los como precursores históricos, já há muitos séculos, das lutas anticoloniais que eclodiram ao longo da passagem entre o século XIX e o XX, pois foram focos de resistência à opressão dos elementos que estabeleciam o colonialismo. Essas formas comunitárias ainda eram muito presentes no contexto de ascensão neocolonial e aparecem com frequência, tanto nos relatos de viagens quanto no romance de Bousсенard. O historiador Flávio dos Santos Gomes denomina esses mucambos ou quilombos da região amazônica como “microssociedades da floresta”, onde o viajante Coudreau esteve presente e os descrevia e retratava em seus diários de viagens, como o da figura 8, mucambo da etnia Boni. Gomes argumenta que:

Mais do que somente trânsito de fugitivos, especialmente mocambos e quilombos foram estabelecidos exatamente nas áreas fronteiriças, aproveitando tanto a topografia – rios, cachoeiras e extensas florestas – como as imprecisões territoriais e as jurisdições coloniais Portugal e França, e depois pós-coloniais, Brasil e França. Os contatos entre fugitivos dessas duas áreas coloniais internacionais não era uma promessa ou simples ameaça: atemorizavam e muito. No Oiapoque, um militar que viajava na região se deparou com mais de oitenta negros, todos armados de flechas, facões e armas de fogo* (GOMES, 2015, p. 64).

Figura 8- “Vila dos Bonis”



Fonte: Entre Nossos índios: quatro anos na Guiana Française (1893, p. 38).

Essas microssociedades eram muito bem organizadas e estabeleciam uma economia bastante diversa com os vários sujeitos presentes próximos aos seus territórios. Contavam, por exemplo, com o comércio de produtos agrícolas ou provenientes da caça e pesca, vendiam artesanatos também. Uma característica singular dessas sociedades na Amazônia era a sua

etnogênese¹² e contatos inter e transculturais entre grupos indígenas e afrodescendentes vindos tanto do Brasil quanto das outras Guianas, como a Francesa, Inglesa ou do Suriname (GOMES, 2015). Mesmo com a abolição do trabalho escravo tanto na Guiana Francesa, quanto posteriormente no Brasil, esse tipo de sociedade ainda continuou a existir com suas dinâmicas e performances culturais próprias. Essas comunidades, segundo Gomes, estabeleciam contatos com fugitivos e colonos europeus e, até mesmo no romance *Os Caçadores de Borracha*, em que alguns personagens são prisioneiros franceses, mostra a proximidade dos mucambos na área de fronteira. No mesmo romance, o autor demonstra o que pensava sobre este tipo de espaço:

Nos encontramos, ao que parece, acima da primeira cachoeira deste rio, batizada de Taruman-Assû, nos mucambos de escravos fugitivos e soldados de Manaus, assassinos desertores. Esses mucambos são muito hostis aos civilizados, que não se aventuram por lá. (BOUSSENARD, 1886, p. 856).

Para além da existência destas áreas de resistência, na literatura de Boussenard, quando ele cria uma personagem, como Diogo, cujo intento é criar uma “República Amazoniana” como visto no capítulo anterior, é possível inferir que, para os europeus, estes atos considerados subversivos, ousados e indesejados, retratam que a subjugação dos sujeitos colonizados era rechaçada e contestada sob diversas formas. Nos fatos históricos, igualmente a tentativa de implementação de uma República Independente, mesmo sob a liderança de europeus, como foi a República do Cunani, revela a disposição de pessoas como o quilombola Trajano, em aderir a propósitos que os elevasse em uma situação para além da coação e opressão ao qual viviam. A sobrevivência, neste contexto do século XIX, embora fosse o principal fator de motivação desses atores históricos, já transparecia o potencial de engajamento que iria despontar e crescer ao longo das lutas emancipatórias das ex colônias no século XX.

¹² A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica. Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. Maná, 2016.

3.3 A que estavam condenados os verdadeiros donos da terra?

Existem dois lados. Essa bipolaridade enfatizada por Edward Said é fundamental para que os discursos promovidos no circuito franco-europeu sejam revistos contemporaneamente, pois as denúncias das narrativas de “verdades” unívocas encontradas nas produções culturais ocidentais, como a literatura, começaram a sobressair-se no bojo das lutas emancipatórias coloniais de meados do século XX. Discursos revistos porque ideologias costumam existir perenemente e as independências das colônias podem ter encerrado uma era de colonialismo (parcialmente, na realidade), mas a colonialidade subjaz em toda nação que outrora esteve em domínio de algum império moderno.

Chegou, então, o momento reverso, em que as populações dominadas começaram de fato, a imaginar outras comunidades para superar as coloniais que lhes foram impostas. O mapa-múndi se redesenhou bruscamente a partir das lutas anti-imperialistas pós 2ª Guerra Mundial. Antes disso, praticamente metade do globo terrestre pertencia principalmente ao império britânico e a outra metade à França. Uma nova leva de pensadores do pós-colonialismo, os estudos subalternos e a decolonialidade emergiram nos ex-territórios ultramarinos, engajados a não somente fazer críticas contundentes sobre o legado nefasto do euroimperialismo, como também forjar novos modos de ver e pensar o mundo, próprios das ancestralidades à quais pertencem. Nesse ambiente de dissipação das amarras coloniais, afloram intelectuais como Frantz Fanon e Aimé Césaire, oriundos de Martinica, por muito tempo colônia francesa nas Antilhas do Caribe. Notáveis na crítica e análise da situação pós colonial das zonas recém libertadas e dos sujeitos coloniais

Aimé Césaire foi um poeta e ensaísta extremamente erudito. Em seu *Discurso sobre o Colonialismo*, demonstra uma eloquência com fina ironia mas muito cirúrgico ao expor as mazelas colonialistas, denunciar o racismo e rechaçar o colonialismo. O poeta Césaire repelia a continuidade do colonialismo, que hoje sobrevive em novo formato, que é a colonialidade e repudiava todas as espécies de colonialistas, citando-os por cargos, funções, profissões e até nominalmente, pois os considerava perpetuadores da política desumana que se empenharam a deflagrar sistematicamente nas sociedades extra Europa, denominando-os de “cães de guarda do colonialismo”. Entre esses muitos “cães”, estavam também romancistas, historiadores,

políticos, psicólogos, antropólogos, missionários. Com refinada e culta ironia, Césaire vai descortinando as incongruências e farsas retóricas erguidas pelos mais diversificados atores participativos da empreitada imperialista até o século XX. Seu discurso é uma autêntica acusação, denúncia que iluminaria os sombrios discursos de quem defendia, em benefício próprio, a jornada colonialista.

Para o escritor martinicano, o fascismo é originário do colonialismo. Em uma conjuntura global de neonazismo e até de neorracismo (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021), o texto de Césaire, escrito há mais de meio século, já revelava que embora o colonialismo oficial estivesse ruindo, isto não encerraria o ciclo danoso da presença europeia nos territórios dominados. A visão ideológica eurocêntrica continua arraigada nas sociedades ocidentais e suas derivadas (as ex-colônias), é a manifestação do poder simbólico caracterizado por Bourdieu, que é mais duradouro que o poder militar, político ou econômico exercido pelos imperialistas.

Na década de 1930, ainda estudante em Paris, Aimé Césaire já se engajava politicamente ao fundar, juntamente com outros intelectuais originários de colônias francesas como Léopold Senghor (Senegal) e Léon Gontram Damas (Guiana Francesa), o movimento político literário conhecido como *Negritude*. Césaire foi quem utilizou em versos e conceituou o termo *Negritude*. Para Césaire “a *Negritude* pode ser apreendida como o fruto do amadurecimento gradativo de toda uma linhagem de pensamento, de ambos os lados do Oceano Atlântico, sobre a condição dos africanos no seu continente e de seus descendentes na diáspora” (CÉSAIRE, 2010, p.8). A *Negritude*, era um movimento combativo ao colonialismo e pró-africanidade de orgulho e autoafirmação do homem negro em face ao racismo europeu dominante. Assim, podemos entender que:

O Movimento da *Negritude* se consolidou não apenas como o surgimento de uma intelectualidade negra, mas também como um momento histórico de transformação do pensamento que tinha o intuito de ir contra a lógica imperialista de exclusão de povos emergentes, principalmente africanos, os colocando à margem da história do Ocidente (GUARIENTI, 2021, p. 17).

Como poeta e dramaturgo, Césaire tinha a perfeita percepção de que as narrativas ficcionais tinham um papel inestimável na persuasão europeia aos seus ideais e propósitos.

Quando sentencia que “de fato, o registro é implacável”, *Césaire* evoca poemas e personagens em seu discurso anticolonial de reconhecidos autores franceses como Charles de Baudelaire (*As Flores do mal*), Honoré de Balzac (*Comédia Humana*) e Conde de Lautréamont (*Os Cantos de Maldoror*). Ele os cita como ilustração para crítica aos horrores e abusos da sociedade capitalista dos impérios (CÉSAIRE, 2020).

A relevância dos periódicos franceses, especializados em publicar notas de viagens e viajantes como os famosos *Le Tour de Monde* e *Journal des Voyages*, além das muitas formas de produtos culturais como peças teatrais, óperas, literatura etc., no âmbito dos anos 1800, foram vitais para o doutrinamento lento e gradual, constante e efetivo. À posteriori, as mudanças culturais no século XX vieram na esteira das inovações tecnológicas, como o rádio, o cinema, a televisão e a fotografia. Mas, voltando no papel da literatura como transmissor das ideias imperialistas, o movimento da Negritude trouxe para si a ferramenta literária para irradiar o seu olhar e as suas substâncias precípuas de sujeitos subalternizados.

A *Negritude* atuou como expressão de uma identidade à qual foi sistematicamente forjada nas atitudes e referências eurocentradas. Os intelectuais da *Negritude* compreenderam que se posicionar fora da chamada “universalidade”, que limitada, reduzida advinda da branquitude, era essencial e imperioso para que o homem e a mulher negros se percebessem com dignidade e de forma positiva. Mais que territórios, a dominação sofrida colonizou o imaginário tanto dos brancos quanto dos negros, construindo e retroalimentando uma noção de inferioridade e animalidade delegadas aos afrodescendentes. Se antes homens como o viajante Coudreau ou literatos como Bousсенard ditavam em seus escritos suas visões sobre o que eram os negros, as pessoas mestiças, o indígena, a partir do momento em que o subalterno se posiciona e fala sobre si e repudia o retrato que faziam sobre ele. Já não poderia aceitar ser visto como violento, mas como alguém que sofreu violências indescritíveis, física e psicologicamente. Não era o homem colonizado um ser sem senso moral, mas aquele que foi incessantemente destituído de sua dignidade. A pessoa negra ou indígena não é por natureza bárbara ou selvagem, mas sim as vítimas de toda a selvageria e barbaridade aplicada pelos brancos. Como poderiam ser preguiçosos aqueles que por seu suor e força de trabalho tornou ricos aqueles que vieram do continente europeu?

São questões que urgiam serem discutidas coletivamente, através da academia, da arte, dos meios de comunicação, sair da obscuridade, gritar para o mundo. Percebendo tudo isso, mas operando em outra frente, o ativista e médico psiquiatra martinicano Frantz Fanon oferece em seus trabalhos de pesquisa no âmbito psiquiátrico uma imensa contribuição sobre o que é a colonialidade. Aluno de Césaire, nas obras *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da Terra*, Fanon traçou o perfil psicológico das pessoas negras colonizadas. Para ele, a questão da violência gestada no cerne do colonialismo é o ponto focal que atingia o universo psicológico do sujeito submetido aos mecanismos do sistema colonial, que o degrada e desumaniza. A obra fanoniana trouxe uma inovação nas reflexões sobre as sequelas psicológicas que o colonialismo legou àqueles a quem sujeitou. Fanon assevera que:

Ao colonialismo não basta manter o povo em suas garras, esvaziar o cérebro do nativo de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se volta para o passado do povo oprimido, e o distorce, o desfigura e o aniquila (FANON, 1968, p. 175).

Fanon denunciou as mazelas do pensamento e práticas colonialistas que forjaram uma imagem altamente negativa e ultrajante do homem negro, apagou seu passado, sua descendência, sua cultura, religiosidade, sua língua originária, o seu *eu* essencial. O estereótipo criado pelas ideologias eurocêntricas, mostraram a criatura negra - posto que animalizavam o homem negro – sob uma ótica maniqueísta, o sujeito negro era diametralmente oposto ao branco, onde este último era detentor de todas as virtudes e qualidades humanas e a pessoa negra era demonizada, rebaixada, inferiorizada biológica e psicologicamente. Fanon perspicazmente conseguiu delinear a lógica etnocêntrica aplicada aos colonizados até mesmo através da linguagem que o colono usava ao se referir ao sujeito negro, como quando percebeu que o europeu utilizava uma linguagem zoológica ao falar sobre negros, visto que o darwinismo social ainda era justificativa da superioridade ariana.

Os estudos fanonianos revelam uma perspectiva não só de alguém que clinicou como psiquiatra em uma colônia francesa – no caso, sua experiência em um hospital argeliano – mas como um indivíduo que, ao sair da colônia para a metrópole francesa, se deparou com a realidade de ser considerado como um pária, não só por não ter nascido na França mas, principalmente pela cor de sua pele, pois quando morava na Martinica, o fator “raça” não era

perceptível em um ambiente predominantemente de conterrâneos negros, no entanto, ao emigrar para a França, conheceu o lado mais cruel e degradante do racismo europeu. Fanon exemplifica o cotidiano do homem negro, de discriminações, segregações e humilhações, em que era comum e rotineiro ouvir frases como: “Preto sujo!” ou “Olhe, um preto!”. Então, voltemos à Coudreau, um dos milhares de homens cultos europeus que fomentaram e perpetuaram esse tipo de pensamento, inúmeras vezes e tantas maneiras e formas diferentes, como ao comparar um grupo indígenas com pessoas negras:

Eles tem um odor *sui generis* quase tão forte e desagradável quanto o dos negros e que não vem de impureza, porque se lavam várias vezes ao dia. (COUDREAU, 1887, p. 166).

O trabalho basilar de Fanon é significativo para contrapor toda a narrativa etnocêntrica encontrada nos escritos de emissários como Coudreau. Quando um paralelo é realizado entre as visões de cada polo, as diferenças são tão abismais que é impossível não compreender a força da ideologia de domínio imperial, impregnada ininterruptamente frente as versões biográficas, históricas e culturais dos dominados que, ainda hoje, são escassas e de pouco alcance. Fanon, citando Césaire, oferece um panorama do quanto a existência histórica daqueles que sofreram ou sofrem a exploração colonial foi desprezada ou ignorada:

Quem eram então esses homens que, através dos séculos, uma selvageria insuperável arrancava de seu país, de seus deuses, de suas famílias? (...) Homens afáveis, educados, cortesões, certamente superiores a seus carrascos, um bando de aventureiros que quebrava, violava, insultava a África para melhor espoliá-la (...) Eles sabiam construir casas, administrar impérios, organizar cidades, cultivar os campos, fundir os minerais, tecer o algodão, forjar o ferro (...) Sua religião era bela, feita de misteriosos contactos com o fundador da cidade. Seus costumes agradáveis, baseados na solidariedade, na benevolência, no respeito aos idosos. Nenhuma coação, mas a assistência mútua, a alegria de viver, a disciplina livremente consentida (...) (FANON, 2008, p. 119).

O extrato acima, retirado de *ele Negra, Máscaras Brancas*, está em uma introdução feita por Césaire ao livro *Escravidão e Colonização*, do jornalista e abolicionista francês do século XIX chamado Victor Schoelcher. Césaire enfatiza que, ao contrário dos discursos imperiais, a África possuiu grandes e riquíssimas civilizações e de forma alguma é um continente de povos sem história. A seguir, em muitas de suas conjecturas a respeito dos sujeitos que se encontravam na área contestada de Brasil e França, Henri Coudreau, na

posição de europeu em missão exploratória, traça o perfil dessas pessoas e lhes prevê um destino sombrio, em que somente o homem branco está predestinado a usufruir daquele lugar:

Populações igualmente estranhas, apresentando este fenômeno extraordinário, bem digno das meditações da filosofia social, de um agregado dos piores elementos constituintes de uma sociedade, escravos fugitivos, soldados desertores, ladrões e trapaceiros, todos os indivíduos ignorantes e rudes, verdadeiros bárbaros, escória de raças e povos, que a liberdade ilimitada tem moralizado e que vivem sem polícia, sem leis, sem juízes, sem governo, sem nenhuma organização, honestos, pacíficos e satisfeitos em seu estado anárquico. Pobres raças em suma, igualmente inferiores e impotentes, que nem sequer souberam construir uma aldeia de 300 almas de Caiena à Macapá, ao longo de quase 1.000 quilômetros de costa; pobres raças que em breve descansarão para sempre no seio desta terra que era para eles a terra da escravidão. Para esta terra de pradaria do equador da América, é uma terra rica, saudável e bonita, e os brancos irão precisar.(COUDREAU, 1887, p. 61).

Os estudos e pensamento filosófico de Fanon foi significativamente produtivo e esclarecedor da realidade colonial ainda em voga na época de sua escrita, mas continua pesadamente atual. Aqui, apenas um breve resumo foi realizado mas de suma importância frisar a absurda necessidade que as sociedades hoje ainda têm do pensamento decolonial de intelectuais como Fanon, Césaire dentre outros, homens que escreveram a partir de suas experiências concretas, elencando todos os problemas mas, acima de tudo, apontando os caminhos de superação das chagas coloniais.

“A colonialidade é o lado mais escuro da modernidade”, assim vaticinou o professor argentino Walter D. Mignolo, um dos renomados pensadores da decolonialidade latino-americana atuais. Este professor acredita que “a modernidade não é um período histórico, mas a autonarração dos atores e instituições que, a partir do Renascimento, conceberam-se a si mesmos como o centro do mundo” (MIGNOLO, 2013, p.21). A colonialidade é o colonialismo sob outra capa, é quando a aparência não explicita a continuidade dos mesmos aparatos ideológicos que a lógica eurocêntrica impregnou através de suas ações e narrativas. Em contrapartida, a decolonialidade visa se desprender do imaginário e das práticas perpetuadas por todos os agentes que direta e indiretamente colaboraram para que o mundo contemporâneo carregue a herança maldita do colonialismo. Pensar de forma decolonial é propor uma outra realidade fora das estruturas estabelecidas pelos programas colonialistas. É fazer com que as culturas suprimidas, silenciadas, soterradas dos povos dominados sejam resgatadas e reorganizadas no seio da diversidade que é característica inerente ao planeta

terra. É a superação através de todas as vias possíveis, para que todas as formas de existência humana sejam reconhecidas e respeitadas.

3.4 - A Negritude na guianidade

Assim como ocorreu com Césaire, foi também nos corredores acadêmicos da capital parisiense dos anos 1930, que o escritor guianense Léon Gontran Damas (1912-1978) - que compunha a tríade da Negritude – despertou sua verve artística rebelde e combativa ao mundo colonial. Criou, junto com Césaire e Senghor, a revista *L'Étudiant Noir* (Paris) no ano de 1935, que tencionava ser veículo para divulgar as ideias e concepções que estavam brotando nas mentes desses jovens intelectuais, interessados em se posicionar e se autoafirmar dentro de um contexto social majoritariamente eurocêntrico e racista (COSTA, 2022). Damas, embora um dos ideólogos da corrente *Negritude*, não alcançou o prestígio e a fama como seus outros dois colegas, supõe-se pela sua carreira política menos destacada que a de Césaire, que foi deputado e prefeito e Senghor que se tornou presidente do país Senegal, no entanto, sua produção literária é muito rica e relevante. Suas obras literárias são compostas pelas publicações poéticas como *Pigments* (1937), *Graffiti* (1952), *Black Label* (1956), *Névrálgie* (1966), pelo ensaio *Retour de Guyane* (1938) e, em prosa tem os contos de *Veillées noires: contes nègres de Guyane* (1943) (BAGNO, 2016).

A literatura de Damas, especificamente seus contos, são uma fusão de influência francesa e crioula, ou seja, transpassada pela dual formação cultural deste escritor. No artigo de Costa, é pontuado essa peculiar característica da escrita de Damas como formada por duas tradições, abrindo caminho para o estabelecimento de uma literatura mestiça, com a oralidade proveniente das culturas afrodescendentes junto com a tradição literária francesa que poderia ser chamada de uma escrita decolonizada (EMINA, 2014, p. 123). Neste entendimento, uma escrita inusual e alternativa começou a despontar no despertar do século XX, que esquivava-se dos cânones assentados na Europa, buscando novas configurações e padrões ímpares, remanescentes das ancestralidades sobreviventes nos territórios coloniais.

A Negritude, como tendência para a escrita de seus formuladores, é explicitada já através dos títulos das obras que a compõem. No livro de Damas intitulado *Noites Pretas: Contos negros da Guiana*, já é demonstrado a singularidade de quem faz a escrita, da mesma forma que Maran também demarcou essa característica no título como *Batouala: verdadeiro romance negro*, inclusive ao utilizar um nome africano, e por isso Costa afirma que “um dos objetivos do movimento da Negritude era, justamente, o reconhecimento das culturas afro-crioulas, chamado de ‘ideologia da revalorização africana’” (COSTA, 2022, p. 141).

O poeta Damas imprime uma autenticidade à sua obra que denota sua posição de pessoa advinda de um mundo colonizado e que aglutina culturalmente a etnicidade múltipla de tal mundo. Essa nova experiência literária marca, junto com obras como a de Maran e de tantos outros artistas da escrita, a ascensão de vertentes outras que subvertiam a sempre onipresente tradição europeia reinante do fazer literário. E, ao fazer-se um contraste entre o que escreveu um autor europeu como Louis Boussenard e o que produziu Léon-Gontran Damas, escritor guianense, seus olhares só poderiam ser absolutamente antagônicos por pertencerem, cada um, respectivamente, ao mundo imperial e ao mundo colonizado.

E as fronteiras latino-americanas na modernidade hodierna? Com a decisão final na Suíça em 1900, o território Contestado se tornou definitivamente território brasileiro e não parte da unidade territorial de ultramar da França chamada Guiana Francesa. A Guiana Francesa está ainda muito atrelada à França, configurando como uma extensão dela e, portanto, parte da União Europeia, onde vigoram as mesmas leis do país europeu e a utilização de sua moeda comum, o Euro. Esta espécie de recanto francês na América do Sul é uma miscelânea de povos e culturas, assim como o Brasil. As influências culturais não se restringem apenas aos aspectos franceses, mas é uma intersecção de elementos provenientes de sua população afrodescendente, chinesa, indígena e até mesmo brasileira, devido à grande imigração legal ou ilegal para este território, mostrando assim a continuidade daquela circulação fronteiriça que já era bastante intensa, como se discutiu neste texto anteriormente. A língua oficial adotada na Guiana Francesa, como não poderia ser diferente, é o francês, a língua do dominador, porém, a língua mais falada cotidianamente, é o *Kréyòl*, uma forma composta do crioulo com base no francês¹³

13 <http://www.aliancafrancesa.com.br/novidades/guiana-francesa/>

No entanto, embora o Brasil seja um país independente e, fazendo parte dele, a região disputada com a França, não é possível ainda desvencilhar a colonialidade que se perpetua na República brasileira. O advento das lutas de independência das ex-colônias em África, Ásia ou Américas, transformando-se em nações emancipadas em meados do século XX, não legaram a autonomia político-econômica e cultural desses países periféricos. No contexto atual, é intermitente a existência dos “Robinsons das Guianas”, pois eles ainda subsistem nas centenas de garimpeiros e outros sujeitos que imigram clandestinamente para a região da Amazônia, tanto a brasileira quanto a guianense, pois colonialidade induz as diásporas por razões econômicas.

3.5 O baile segue com novas máscaras: o racismo eterno.

As periferias dos países do Sul Global hoje são as novas fronteiras que a colonialidade gera e são os espaços, por excelência, das linhas abissais que não só o fator econômico faz esta profunda oposição, mas também é onde o racismo é escancaradamente percebido. Ao nos reportarmos ao Brasil atual, as periferias e, em particular a existência da favela como *locus* primordial que funciona como uma amostra da materialização inescapável da colonialidade, essa terminologia que foi estruturada para a melhor compreensão dos desdobramentos da modernidade. Aníbal Quijano sintetiza que:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (SANTOS, 2009, p. 73).

A questão racial na colonialidade é fulcral para que ela seja cimentada e mantenha subjetivamente as diferenças entre o sul e norte global. Quijano deslinda sobre a existência de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Contudo, voltando para o Brasil, o racismo é um espectro derivado dessa colonialidade inerente à história colonial que perdurou aqui por mais de trezentos anos. Os relatos de viagens em que se descreviam os

negros, indígenas ou mestiços como “naturalmente” propensos ao crime, à violência e brutalidade, são teorias tão presentes e atuantes quando assistimos aos telejornais ou se lê alguma matéria em sites sobre comunidades periféricas, em que o tráfico de drogas ou as organizações criminosas denominadas de *milícias* comandam estas localidades, fica subentendido no imaginário social e do senso comum, que os sujeitos que fazem parte desses territórios, de maioria afrodescendente, são bandidos por natureza de sua “raça”. As mesmas teorias raciais que influenciavam as missões científicas europeias do século XIX, são as mesmas que formaram reconhecidos intelectuais no Brasil do século posterior, e inspiraram políticas públicas e concepções de identidade equivocadas e que ainda permeiam a sociedade brasileira, por exemplo, de que não existe racismo no país.

Entretanto, o racismo criou o Brasil. É o que afirma o sociólogo brasileiro Jessé Souza. Sob muitos e diferentes aspectos, Souza explica que não há como entender o Brasil sem priorizar uma análise fundamentada nas problemáticas raciais, responsáveis pelo atraso moral, social e político do país. Souza concebe a existência do racismo - tanto brasileiro quanto o que se aplica em outros países como o nosso - com práticas concretas se perpetuando e que tem uma lógica muito própria, travestida sob outras máscaras para continuar vivo mas se fingindo de morto (SOUZA, 2021, p. 283). Retornando ao aspecto da violência como uma das vertentes do racismo, pode-se enriquecer os argumentos do pesquisador Jessé Souza com outro ensaio extremamente relevante, que permeia as discussões referentes ao uso da força em políticas de segurança e até mesmo o extermínio de determinados grupos sociais sob certas justificativas. O ensaio em questão refere-se aquele escrito pelo filósofo, teórico político, historiador e intelectual camaronês Achille Mbembe, atento pesquisador da escravidão, das descolonizações e do movimento da Negritude. Este intelectual formulou o conceito de *necropolítica* ou pode-se chamar também de política de morte.

Tal qual Michel Foucault, Mbembe acredita que discursos são instrumentos de poder, no entanto, o filósofo camaronês amplia esta constatação para elucidar como se opera o racismo perpetrado pelo Estado. Mbembe avalia que discursos políticos atuam como justificativas que legitimam situações de massacres, guerras, extermínios ou mesmo regimes totalitários. Resumidamente, a necropolítica seria então, o poder de decretar quem pode viver e quem deve morrer. Ou seja, o Estado se autodelega o controle do tecido social, em que teria

o direito de utilizar métodos que, em muitos casos, poderia decorrer em mortes, mas sob a alegação de uma necessidade maior. Essa forma de poder, da política de morte de determinados humanos é o que Foucault cunhou de biopoder, que pode ser compreendido assim:

No conjunto dessas reflexões inscrevem-se as análises de Foucault sobre o biopoder, conceito pelo qual ele entenderá as práticas, surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos. O poder sobre a vida instalasse como modo de administrar populações, levando em conta sua realidade biológica fundamental. Através dele, estabeleceu-se em nossas sociedades, desde o século XVII, um contingente significativo de conhecimentos, leis e medidas políticas, visando ao controle de fenômenos como aglomeração urbana, epidemias, transformação dos espaços, organização liberal da economia. (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 35).

Entretanto, majoritariamente, as populações destinadas às práticas da necropolítica em que a morte está sempre iminente, são formadas por corpos com “raça” e fenótipos definidos, quer dizer, o corpo negro ou pardo. Alvo de políticas históricas excludentes, de segregações, preconceitos e tantas outras precariedades que são relegados à pessoa afrodescendente, desumanizada, criminalizada, mesmo sem ter cometido crimes, e quando vivendo em lugares sem saneamento básico, com perseguições policiais em virtude tão somente do seu fenótipo, habitando em construções vulneráveis a desastres naturais e tantas outras mazelas que lhe tiram a dignidade de viver bem ou mesmo sobreviver, constata-se então, a prática cotidiana da necropolítica.

Essa necropolítica é resultado e consequência das políticas de dominação imperial à qual foi discutido aqui anteriormente. O fator racial, cujos pilares foram alicerçados pelo discurso pretensamente científico do século XIX, hoje dita o biopoder que se exerce no campo sociológico das práticas de governos. Achille Mbembe explana o desenvolvimento da problemática raça:

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo,

Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer (MBEMBE, 2016, p. 128).

Portanto, as políticas imperiais que conduziram o neo colonialismo surgido há quase dois séculos atrás, sustentam e reproduzem a vida no sistema mundial moderno, e o quesito raça ainda vigora como determinante na manutenção dos impérios contemporâneos e seus aliados. Para Jessé Souza, a real diferença entre a ciência hegemônica atual e o cientificismo abertamente racista do século XIX é que hoje se oculta o estoque racial pelo estoque cultural, quer dizer, o racismo é ocultado sob outros subterfúgios que hierarquizam as sociedades, para a continuação do domínio e exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jean Paul Sartre, o mesmo filósofo que discorreu sobre a prolixa obra do ficcionista Louis Bousсенard, obteve a honra de prefaciар o mais importante livro de Fanon, *Os Condenados da Terra*, onde sublinhou uma constatação relevante: a de que aqueles que eram considerados homens (os brancos civilizados) dispunham da palavra, e os nativos colonizados, pediam-na emprestada. A literatura em todos os seus subgêneros, no indelével século XIX, era a vitrine do pensamento Ocidental em expansão, e por isso ela foi um dos alvos do discurso denúncia de Césaire. As histórias desenroladas em solo colonial se desdobraram para o século seguinte através de outros autores igualmente consagrados no panteão dos clássicos da literatura mundial como, por exemplo, André Gide (*O Imoralista* – 1902), Franz Kafka (*Na Colônia Penal* –1919), Albert Camus (*O Estrangeiro* –1942; *A Peste* – 1947) ou E.M. Forster (*Uma Passagem para a Índia* - 1924). A riqueza e o poderio ideológico europeu somente foram possíveis com a experiência colonial contemporânea, estruturada e consolidada através de várias frentes, como foi investigado aqui, e a cultura foi uma delas no fortalecimento do capitalismo tal como ele se apresenta no presente. Mas como transcender à essa operação contínua e intermitente que foi a jornada colonialista?

As epistemologias que foram forjadas no desenvolver do século XIX, empregadas para justificar abusos, violências e espoliações, começaram a ser desmanteladas já no bojo da descolonização, em que se percebeu que era extremamente urgente descolonizar principalmente as mentes e reelaborar novas epistemologias ou, como formatou Boaventura de Sousa Santos, as “epistemologias do sul”. Para este professor português, há uma cisão entre o mundo subdesenvolvido colonizado e o mundo metropolitano colonizador, e o que os separa são linhas abissais que os fazem absurdamente distantes e, embora a colonização praticamente não existe mais como instituição, ela ainda atua como herança de outros tempos.

Nesse sentido, Sousa Santos propõe as *epistemologias do sul*, saberes advindos dos grupos sociais que ainda sofrem os impactos do colonialismo, capitalismo e patriarcado, para que sejam considerados e valorizados, posto que o conhecimento científico contemporâneo, é em sua essência, bastante excludente ao não considerar outras formas de saberes alternativos e tradicionais. O sul do termo não é o “sul” meramente geográfico, mas os territórios alvos do

domínio europeu. Essas epistemologias nativas sofreram – e ainda sofrem – os mais variados processos de apagamento, supressão ou mesmo usurpação através das inúmeras missões exploratórias ao longo de mais de 500 anos. O professor Sousa Santos preconiza a retomada desses saberes como alternativa à predominância unilateral dos conhecimentos eurocêntricos, e enfatiza que as epistemologias do sul se mostram necessárias para o protagonismo dos saberes ditos subalternos, que sofreram as exclusões sistemáticas do colonialismo e precisam ser reconhecidos e praticados.

As cosmovisões indígenas já eram sutilmente percebidas e avaliadas por muitos dos estrangeiros que por aqui, nas Américas, aportaram. Coudreau, com a sua aptidão para a etnologia, fruto dos muitos anos de convivência entre os povos originários da bacia amazônica, conseguiu captar - mesmo com sua ótica contaminada de etnocentrismo - o que ele depreendia ser as filosofias indígenas. Muito embora a compreensão de Coudreau sobre as culturas indígenas - compreensão essa que foi se transformando ao longo dos anos entre eles – era antagônica e amiúde incongruente, ele também refletia que talvez o modo de vida ocidental não poderia ser o melhor ou mais bem sucedido, em muitos aspectos. O que Coudreau denominava de filosofias indígenas são os estilos de vida, as cosmologias, cosmovisões sempre tão insultados e vilipendiados. Abaixo, uma das raras reflexões sobre os Wajãpi, povo originário das fronteiras guianenses:

Os indígenas só viajam por prazer. Eles estão certos, não sabem considerar uma viagem senão como algo onde haverá muita caça, muito peixe, mel e frutos da floresta, amores e, se possível, no final, caxiri e dança. Pessoas felizes, que não se atormentam para manter uma posição, em se posicionar, para aparecer, para subir, para se dar a conhecer, para se assegurar de conforto para a velhice, que não têm ansiedade em suas mentes, não tem ressentimento, sem desprezos amargos, raiva indignada, longas esperanças e perda irreparável na alma! Que belos filósofos! Não há nenhum um deles que aceitaria nossa vida civilizada como ela é; e nós que os visitamos, somos covardes demais para desistir sem espírito da volta a esses vícios, e essas fraquezas, e essas injustiças monstruosas, e aqueles entusiasmos decepcionantes que chamamos de nossa civilização, pois fixamo-nos, de uma vez por todas, na felicidade de lá. Mas eles estão confiantes suspeitam, que a carreira do homem civilizado é feita de embriaguez superiores, e que as rugas da nossa frente e a dobra do nosso lábio são sobretudo a marca de uma grande atividade mental onde os encantamentos mais do que compensa o sofrimento. Bons e ingênuos conservadores, preservar melhor este precioso estado social que nunca deveria ter sido alterado, se você soubesse o perigo para sua felicidade representado pelos brancos que visita, você razoavelmente nos massacraria do começo ao fim! (COUDREAU, 1893, p. 321-322).

Inseridos nos cânones euroimperialistas vigentes nas vésperas do século XX, Bousсенard e Coudreau são os típicos “narradores em trânsito”, como definiu Flora Süssekind, viajantes engajados em sondar metodicamente as diversidades naturais e multiétnicas para pretensões dicotômicas de ciência, poder e cultura. Essa relação dual entre empresa científica e empresa econômica, no caso de Henri Coudreau, aconteceu deliberadamente atendendo aos interesses políticos do Estado francês nacional, que em seu discurso era legitimado pela ciência. A escrita ficcional romântica de Bousсенard, por sua vez, mesmo que transpassada pelos pilares culturais brancos e ocidentais, torna possível rastrear como se materializava a linguagem imperial de dominação. Todo esse aparato imperialista não desqualifica a importância desses escritos como uma prolixa fonte histórica, cujo estudo possibilita compreender as leituras e interpretações europeias oitocentistas sobre a nossa natureza e a nossa História e lidar criticamente com elas. A intenção é rastrear, nessas literaturas europeias, como seus olhares liam e construía a vida dos nativos, relatados a partir do universo cultural do visitante/ narrador europeu. Essas imagens textuais e pictóricas trazem indícios do passado que fornecerão pistas para se conhecer os meandros da vida amazônica e atuam como marcos testemunhais de outro tempo.

No corrente século XXI, a zona interseccional entre as duas guianas, francesa e brasileira, esse lugar plenamente sul, continua sendo território de limites fluentes, em que trafegam sujeitos imbuídos quase que dos mesmos objetivos e esperanças de uma vida melhor e busca de riquezas, mas também com desafios e obstáculos similares aos que enfrentavam seus aventureiros antecessores. Esses novos sujeitos costumam, ao seu modo, suas próprias linhas de sobrevivência resistência, reelaborando identidades e sua guianidade que só suas histórias, geografia e entrelaçamentos culturais diversos foram capazes de criá-las.

O imperialismo no início do século XX se reformulou, expandindo-se neste período para os Estados Unidos e aprofundando-se em outros formatos mais arrojados e modernos, como através da chamada indústria cultural, representada hoje, por exemplo, pelo cinema e televisão. Entretanto, simultaneamente, as vozes de resistência questionadora se tornaram mais numerosas e destacadas. Edward Said assinalou que o Imperialismo pretendia convictamente ser um movimento educacional, além de modernizar, desenvolver, instruir e civilizar. Destarte, milhões de pessoas “absorveram os princípios fundamentais da vida moderna”, mas em contrapartida, se tornaram dependentes subalternos desse modo de

existência, atrelada aos padrões capitalistas, além de que este projeto de transformação civilizacional, destituiu os nativos de sua história e cultura antigas ou rebaixá-las para enaltecer a História dos povos europeus.

As descolonizações foram apenas o estopim do longo processo o qual ainda está em curso em todos os territórios que foram dominados. Para o panorama atual, é cada vez mais pertinente que a decolonialidade seja promovida continuamente, em especial em produtos culturais que sem dúvida nenhuma, fazem parte do cotidiano das sociedades ocidentais, altamente consumidos e por isso mesmo, muito mais urgente é a conscientização de que os elementos ideológicos euro centrados não representam uma verdade única da humanidade, mas apenas uma das milhares de possibilidades de pensamentos e práticas existentes, que não devem ser impostos mas existir como opção do livre arbítrio de cada sujeito.

O ambiente acadêmico atual tem fornecido uma profusão de novas chaves conceituais que reinserem as mesmas temáticas imperiais que encontramos a partir da investigação analítica das produções culturais do século retrasado, que aqui foram utilizadas como fontes. Para indicar um conceito que foi reformulado ao cenário mundial contemporâneo, recorreremos ao de *neorracismo*, de Étienne Balibar. O racismo praticado no momento atual, para Balibar, é uma adaptação estratégica do tradicional pensamento racista que não conseguindo mais este último se enquadrar de forma expressivamente positiva, utiliza uma nova forma de subsistir, com justificativas e argumentos que o deixe mais “aceitável”, pois o racismo não seria mais biológico, de discriminação de fenótipos, mas sim de diferenças culturais intransponíveis. Esse neorracismo pode ser verificado através da xenofobia e crise de refugiados na Europa e EUA, por exemplo. O fato é que na verdade, o racismo se ampliou e, ainda concentra o racismo baseado no pseudo conceito de “raça”, juntamente com cultura (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021).

A questão racial, nesta terceira década do século XXI, urge ser debatida porque o recrudescimento de ideologias fascistas, que são intrinsecamente racistas, a não implicação de legislações que criminalizam o racismo ou práticas racistas, em particular no Brasil, são sintomas graves de que ainda é insuficiente o papel do Estado em âmbito global que, ao invés de buscar combater e superar o legado racista que os tradicionais impérios deixaram, adota projetos necropolíticos. O genocídio, lastimavelmente ainda é prática corriqueira e parece

estar se disseminando tal qual nos velhos tempos coloniais, quando nas Américas aportaram as primeiras levas de exploradores.

Na tomada cultural que aqui procurou-se analisar, utilizando como aporte a literatura para uma reflexão histórica de como se disseminaram ideologias etnocêntricas, é premente que, no mundo tecnológico e virtual de difusão cultural, a decolonialidade se faça presente e constante, levando em conta que o cinema, a televisão e a internet são veículos culturais iminentes da vida moderna.

Outra definição recente surgiu para melhor elucidar os desdobramentos e impactos nas sociedades que foram objetos da jornada colonialista, a concepção de *modo de vida imperial*, cujo pilar é a exclusão do outro. Concebido pelos pesquisadores Markus Wissen e Ulrich Brand, o *modo de vida imperial* tem como sustentáculo a desigualdade, pois se existem lugares que são focos de exploração extrativista (um país subdesenvolvido e ex colônia), em contrapartida, outros lugares irão se beneficiar desta exploração (desenvolvidos e imperialistas), ou seja, um determinado país sustenta outro de forma desigual. Portanto, uma manutenção e conservação do velho esquema colonialista, agora sob outra fachada, de maneira mais ilustrada, é a borracha da Amazônia pobre fornecendo matéria-prima para as grandes multinacionais automobilísticas dos países ricos.

Os romances oitocentistas são exemplares por excelência de que o imperialismo não estava (e não está) restrito somente às esferas políticas e econômicas, mas igualmente enraizado na vida cultural e estética das sociedades ocidentais. Através dessa espécie de veículo que representavam os tipos literários, o romance principalmente, exportavam os esquemas de pensamento euro-centrados e retroalimentavam o poder simbólico das nações imperialistas em nível mundial, sedimentando sua hegemonia e incontestabilidade. A leitura desse artefato cultural enseja a formação de identidades coletivas, pois as narrativas ficcionais, como arte, conseguem interiorizar nas consciências atitudes e crenças, além de difundir referências e experiências políticas (MAGALHÃES, 2003).

O advento da intelectualidade pós-colonial e decolonial no coração das ex colônias do imperialismo francês, composto por nomes como Aimé Césaire, René Maran, Léon-Gontran Damas, Frantz Fanon e até o brasileiro Lima Barreto, possibilitou que tenhamos agora um arsenal de pensadores como o líder indígena brasileiro e escritor Ailton Krenak, da

etnia dos krenak, com suas reflexões simples mas extremamente sábias sobre a relação do homem com a natureza, ou escritoras como a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em que seus romances e contos contém aspectos políticos e educativos, é uma literatura engajada para além do objetivo de fruição de prazer. Mas estes escritores são apenas dois exemplos dos muitos literatos e intelectuais da escrita contemporânea capazes de propor um olhar crítico mas com vistas a construir novas e variadas formas de se posicionar em um mundo ainda muito envenenado pelos olhos imperiais.

As ideologias ocidentais ainda são dominantes nos setores culturais, mesmo em face das muitas mudanças de concepções advindas com as iniciativas de decolonialidade. O perigo de uma história única, como observou a escritora Chimamanda Adichie, continua rondando aqueles cujas existências ainda são inferiorizadas. É cada vez mais importante escrever novas histórias e estórias, principalmente os descendentes de quem foi negado o direito de passar a sua cultura e o seu passado, mesmo que fosse somente através da oralidade, como os griots¹⁴ do continente africano. Ao historiador, em particular, cabe atuar como um griot moderno mas que dispõe de artefatos outros que o auxiliem na propagação da pluralidade cultural e na escrita da história das personagens que foram relegadas a meros figurantes e, finalmente, se tornem também os protagonistas na História da Humanidade.

14 O termo Griot, de origem francesa, recobre uma série de funções no contexto da sociedade africana. Numa sociedade em que os conhecimentos eram tradicionalmente transmitidos pela palavra – de forma oral – o griot tinha uma posição de destaque, pois lhe cabia transmitir a tradição histórica: era o cronista, o genealogista, o arauto, aquele que dominava a palavra (...) o griot ou dieli está próximo do doma, o grande conhecedor das coisas. É uma autêntica biblioteca pública, tal como o chamou. HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: História Geral da África: Metodologia e PréHistória da África. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. R. Amazonialismo [verbete]. In: ALBUQUERQUE, Gerson R. de; SARRAF-PACHECO, A. **Uwa'kürü: dicionário analítico**. v. 1. Rio Branco: Nepan, 2016. p. 73-96.
- ALVES, J. J. Determinismo climático e salubridade amazônica na percepção de Bates e Wallace. **Cadernos de História da Ciência** – Instituto Butantan – vol. IV (2) jul-dez 2008
- AUGUSTI, V. A experiência transatlântica: romances que viajam, viajantes que escrevem romance. **Revista Letras**, Curitiba, ufpr, n. 100, pp.152-167, jul./dez. 2019
- BACZKO, B. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- BAGNO, M. (2016). Os Graffiti de Léon-Gontran Damas. **Cadernos De Literatura Em Tradução**, (16), 201-210. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5388.i16p201-210>.
- BALDUS, W. **Os selos postais da República do Cunani**. Brasília: Senado Federal, 2021.
- BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BARRETO, L. **O cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- BASTOS, C. A.; BRITO, A. J. I.; ROMANI, C. (Orgs.). **Limites fluentes: fronteiras e identidades na América Latina**. Curitiba: Editora CRV, 2013.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. Disponível em:<http://lpeqi.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU_Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf> Acesso em 06 out. 2019.
- BOUSSENARD, L. **Les Robinsons de La Guyane: Les chasseurs de caoutchouc**. Paris: Librairie illustrée 1886.
- BRAND, U.; WISSEN, MARKUS. **Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global**. São Paulo: Elefante, 2021.
- BRUI, H. H. **Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

BURKE, P. **Variedades de história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CABETE, S. **A Narrativa de Viagem em Portugal no Século XIX: Alteridade e Identidade Nacional**. (Tese de Doutorado em Literatura Comparada). Lisboa: Faculdade de Ciências e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

CAMILO, J. A. de Oliveira; FURTADO, R. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza 16(3): 34-44, dezembro de 2016.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, F.. **Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

CAVLAK, I. Aspectos da Colonização na Guiana Francesa e no Amapá: Visões comparadas e imbricações históricas. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 10, n.2, 2016.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

_____. Discurso sobre a negritude. In: CÉSAIRE, Aimé; MOORE, Carlos. (org.) **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 107-114.

CHARTIER, R. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COHEN, B. **A questão do imperialismo, a economia política da dominação e dependência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

COSTA, D. P. P. **Os apólogos de Vigílias negras, de Léon-Gontran Damas**. Cadernos De Literatura Em Tradução, (25), 139-153. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5388.i25p139-153>

COUDREAU, H. **France Equinoxiále**. 3 Vol. Chalamel Ainé.Paris, 1887.

_____. **Chez Nos Indiens: Quatre années dans la Guyane Française (1887-1891)**. Hachette: Paris, 1893.

_____. **Les richesses de la Guyane Française**. Cayenne: Imprimerie du Gouvernement, 1883.

CUNHA, M. T. Diários pessoais: territórios abertos para o historiador. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, P. Apontamentos teóricos sobre Literatura de viagem. **Revista Caracol**, 3. 2012. 152-173. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/57686>> Acesso em: 07 out. 2019.

DUARTE, G. R. Guiana Francesa: uma análise geohistórica», **Confins** [Online], 28 | 2016, posto online no dia 30 setembro 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11072>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DUPUY, L. **Géographie et imaginaire géographique dans les voyages Extraordinaires de Jules Verne: Le Superbe Orénoque (1898)**. Tese de doutoramento em Geografia. École Doctorale des Sciences Sociales et Humanités da L'Université de Pau et des Pays de L'Adour. 2009.

EMINA, A. **Léon-Gontran Damas: Cent ans en noir et blanc**. Paris: CNRS Éditions, 2014.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRANÇA, J. M. **A construção do Brasil: na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos – 1591-1808**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.

GOMES, F. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GRACE, D.; SILVA-REIS, D. **René Maran, Batouala e a literatura francófona no Brasil**. *Revista Lettres Française*, n. 22, 2021.

GRECCO, G. História e Literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Vol 6 nº 11, julho 2014. Disponível em: < <https://rbhcs.emnuvens.com.br/rbhcs/article/view/201>> Acesso em: 01 out. 2019.

GUARIENTI, F. **Quando o calibã desperta: a negritude em relação na poética de Aimé Césaire**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229863>

HAMPÂTÉ BÂ, A. Tradição Viva. In: **História Geral da África: Metodologia e Pré História da África**. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.

HLIBOWICKA-WEGLARZ, B. Pidgin, língua franca, sabir – um estudo terminológico. **Romanica Olomucensia** 28.1 (2016): 35–41. Disponível em: [Dialnet-PidginLinguaFrancaSabir-5396886.pdf](#) Acesso em: 20 jan.2023.

HOBBSAWN, E. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio-São Paulo: Paz & Terra, 2019.

LEITE, I. B. **Antropologia da Viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1996.

LEITE, M. L. M. **Livros de Viagem – 1803/1900**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MAGALHAES, W. L. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque** – revista de história. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 92-110.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, dezembro de 2016.

MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2009.

MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da Modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulos, v. 32, n. 94, p.1-18, 22 jun. 2017. Disponível em: [SciELO - Brasil - COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE* COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE*](#)

O’GORMAN, E. **A invenção da América**. São Paulo: Editora UNESP, 992.

PESAVENTO, S. J.. História & Literatura: uma velha-nova história. **Revista Nuevo Mundo**, 2006. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>> Acesso em: 05 out. 2019.

PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC, 1999.

PUYO, J. Y. La République fantasmée de Counani: une histoire digne d’un roman (géographique). IN: TRESACO, María Pilar (Coord.). **Alrededor de la obra de Julio Verne: escribir y describir el mundo en el siglo XIX**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011.

_____. Geografia real versus geografia imaginária: os romances geográficos franceses do vasto espaço amazônico (1860-1910). IN: JOBIM, José Luis [et al]. **Circulações transculturais: territórios, representações, imaginários**. Rio de Janeiro: EdUFRR, 2021.

RAMINELLI, R. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

RIAUDEL, M. O rio palimpsesto: o Amazonas de Júlio Verne, das fontes à ficção. **Revista USP**, 1992, (13), 66-73.

RIO BRANCO, B. **Questões de Limites: Guiana Francesa**. Brasília: Senado Federal, 2008.

ROIG, J. **Colonialismo e Imperialismo: África, Ásia e Oceânia sob o jugo europeu**. Portugal: Bonallettera Alcompas, 2018.

ROMANI, C. **Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque**. Editora Multifoco: Rio de Janeiro, 2013.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARTRE, J. P. **As palavras**. Trad. de J. Guinsburg. 6a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SCHWARCZ, L. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA FILHO, D. **Os retratos dos Coudreaus: índios, civilização e miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “Bom Selvagem” (1884-1899)**. Dissertação de mestrado em História Social da Amazônia. Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2008.

SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TRESACO, M. P. (Coord.). **Alrededor de la obra de Julio Verne: escribir y describir el mundo en el siglo XIX**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011.